



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 003

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 18 DE FEVEREIRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB.....	Carlos Simões
PFL.....	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB.....	Antonio Anibelli
PPB.....	Duílio Genari
PT	Elton Carlos Welter
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS.....	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari (em licença) - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
18 DE FEVEREIRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Avisamos aos nobres deputados que após a Sessão, haverá uma nova Sessão, onde será votado o Plano de Carreira dos Professores do nosso Estado.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o nº 010/2004, do senhor Jorge Kalache Filho, superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, comunicando que a vigência do Contrato de

Repassa, firmado com a Companhia de Desenvolvimento Agropecuária do Paraná - Codapar em 02/12/2002, programa Pronaf, foi prorrogado para 30/06/2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 007/2004, da senhora Maria da Graça Kindermann, gerente de Filial de Desenvolvimento Urbano da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos, no valor de R\$47.736,00, destinado a este Estado, modalidade - Capacitação de Agricultores Familiares. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 499/2003, do senhor João Carlos Buffara Lopes, gerente Geral da Caixa Econômica Federal, notificando liberação de recursos financeiros no valor de R\$72.896,67, destinado ao município de Toledo, modalidade - Implantação de sistema informatizado para registro da atividade pesqueira. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 023/2004, do senhor Fauze Martins Chequer, subsecretário de Articulação da Política de Direitos Humanos, comunicando convênio firmado entre a União e o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Justiça e da Cidadania, destinado à implantação do Programa Estadual de Proteção a Testemunhas e Vítimas Ameaçadas do Estado do Paraná - Provita-PR, com vigência até 30/09/2004, no valor de R\$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs 1100, 1104, 1113, 1152, 1156, 1184, 1190, 1192, 1196, 1200, 1204, 1208, 1216 e 1260/2003, da senhora Angélica Maria Juste Camargo, secretária geral da Presidência da Justiça do Trabalho - 9ª Região, comunicando decisão exarada nos Processos de nºs:

25766-1994-008-09-40-2 - Origem: 8ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Iria Zanoni Gomes e outros - Executado - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes. **Ao Conhecimento da Casa.**

16829-1992-005-09-40-9 - Origem: 5ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Victor Lima Engelhardt - Executado - Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Ao Conhecimento da Casa.**

00628-1997-67-09-40-9 - Origem: Vara do Trabalho de Telêmaco Borba; Exequente - Marcos Farion - Executado - Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR. **Ao Conhecimento da Casa.**

10920-1992-004-09-40-4 - Origem: 4ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Ester Cardoso e outros - Executado - Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Ao Conhecimento da Casa.**

01832-1992-020-09-40-0 - Origem: 1ª Vara do Trabalho de Maringá; Exequente - Henrique Ortencio Netto - Executado - Fundação Universidade Estadual de Maringá. **Ao Conhecimento da Casa.**

00272-1993-013-09-41-2 - Origem: 13ª Vara do Trabalho de Curitiba; Executado - Luiz Carlos Arantes e

outros - Executado - Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná- DER. **Ao Conhecimento da Casa.**

21792-1992-007-09-40-3 - Origem: 7ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Júlio Cesar Piloto - Executado - Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Ao Conhecimento da Casa.**

25765-1994-008-09-40-8 - Origem: 8ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Acir de Almeida Pinto e outros - Executado - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Iparides. **Ao Conhecimento da Casa.**

00524-1991-002-09-41-8 - Origem: 2ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Sindicato Empregados em Empresas de ASSES, PERIC, INFOR. PESQ. Curitiba e outros - Executado - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Iparides. **Ao Conhecimento da Casa.**

25775-1994-008-09-40-3 - Origem: 8ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Rosângela Diniz Chubak e outros - Executado - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Iparides. **Ao Conhecimento da Casa.**

10817-1993-002-09-40-2 - Origem: 2ª Vara do Trabalho de Curitiba; Exequente - Dimas de Abreu - Executado - Departamento de Estradas de Rodagem - DER. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 178/2003, do senhor ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3035, Requerente: Partido da Frente Liberal; Requeridos: governador do Estado do Paraná - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que determinou a suspensão da vigência da Lei nº 14.162, de 27 de outubro de 2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 182/2003, do senhor ministro Maurício Corrêa, presidente do Supremo Tribunal Federal, comunicando decisão da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3075, Requerente: Confederação Nacional do Sistema Financeiro; Requeridos: governador do Estado do Paraná - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que deferiu o pedido cautelar e suspendeu a eficácia da Lei nº 14.235, de 2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 004/2004, do senhor desembargador Ruy Fernando de Oliveira, relator no Tribunal de Justiça, comunicando que nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 136394-2; Autor: governador do Estado do Paraná e interessado - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do qual, por unanimidade de votos, foi declarada a inconstitucionalidade da Lei Estadual nº 13.118/2001. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nº CTL/CC/314 e 322/2003, do senhor governador do Estado restituindo a este Poder Legislativo, os

Projetos de Lei nºs 176/2003 e 618/2003. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 69/2004, do senhor Oto Luiz Sponholz, presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, que cria cargos na estrutura do Quadro de Servidores do Poder Judiciário. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 75/2004, do senhor Antonio Lopes de Noronha, desembargador do Tribunal de Justiça, encaminhando Acórdão nº 6052-OE, proferido nos Autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 115.002-9, em que figuram como autor o governador do Estado do Paraná e interessada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 001/2004

Senhor Presidente:

Pelo presente informamos que o novo líder da bancada do Partido dos Trabalhadores é o deputado Elton Carlos Welter.

Na oportunidade, aproveito o ensejo para renovar meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

Indicações:

INDICAÇÃO Nº 001/2004

Exmo. Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação.

A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosamente, em atendimento à solicitação da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco, de Londrina, para solicitar providências visando a construção de uma escola estadual naquele bairro, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Consoante se verifica do incluso ofício da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco, trata-se de antiga reivindicação dos moradores desse bairro, cujos filhos têm de se deslocar para bairros distantes, muitos deles a pé, pela falta de condições para custear o passe escolar, a fim de ter acesso à educação.

Por oportuno, informamos que a referida Associação já encaminhou pedido ao prefeito do município de Londrina para a desapropriação do terreno localizado na Rua das Petúnias esquina com a Rua Madre Henriqueta Dominici, naquele bairro, e posterior doação ao Estado, para construção da referida escola.

Por fim, releva notar que a reivindicação é de conhecimento da chefia do Núcleo Regional de Ensino, que

tem participado de reuniões com a comunidade, juntamente com esta deputada, para tratar desse assunto.

INDICAÇÃO Nº 002/2004

Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública.

A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosa-mente, para solicitar providências visando a transferência das instalações do Instituto de Identificação de Londrina para imóvel adequado ao seu funcionamento, de propriedade do Estado ou locado, até que se construa sede própria para esse Órgão.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Identificação de Londrina funciona em condições muito precárias e em local inapropriado para o seu funcionamento. Devido à insuficiência de pessoal para o atendimento, os usuários têm de enfrentar longas filas em espaço apertado, sem ventilação adequada, bebedouros e banheiros, o que tem gerado inúmeras reclamações.

Segue, anexa, reivindicação nesse sentido da Associação de Moradores do Parque Ouro Branco.

INDICAÇÃO Nº 003/2004

Exmo. Sr. Maurício Requião, secretário de Estado da Educação.

A deputada que esta subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, dirige-se a V. Exa., respeitosa-mente, para solicitar providências visando à construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª à 8ª séries e do ensino médio desse e dos bairros adjacentes.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de obra de extrema importância para o Parque Universidade e bairros vizinhos, todos da periferia de Londrina.

Ocorre que os alunos desses bairros, pela falta de escola e de condições para custear o passe escolar, têm de caminhar cerca de quatro quilômetros até a escola mais próxima, localizada no Conjunto Avelino Pereira, ou a outras ainda mais distantes, expondo-se a riscos de violência e atropelamentos, uma vez que têm de atravessar a PR-445.

Consoante se pode constatar das inclusas reportagens dos jornais locais, a falta de escola no bairro é um problema que se arrasta sem solução há dez anos, o que tem gerado protestos dos moradores.

Ressalte-se, por fim, que a reivindicação é de conhecimento do Núcleo Regional de Ensino.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 063

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, destaque na votação da Proposição-Veto nº 016/2004, sejam votados em bloco, os vetos ao inciso VI, parágrafo 2º do artigo 1º; parágrafo 2º do artigo 37; parágrafo 3º do artigo 63; parágrafo 2º do artigo 132 e inciso VIII do artigo 236.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 064

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque na votação da Proposição-Veto nº 666/2004, no que se refere ao veto apostado ao artigo 261.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, destaque na votação da proposição-Veto nº 016/2004, os vetos ao inciso V, VII, VIII e IX do artigo 288.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO

JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária, pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 047

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que os dispositivos vetados ao Projeto

de Lei nº 666/2003 (Proposição nº 016/2004), sejam votados item por item separadamente.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 077

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em especial com fulcro no artigo 171 parágrafo 3º e 4º do Regimento Interno, vem REQUERER destaque para apreciação do artigo 37, parágrafo 2º, vetado pelo senhor governador do Estado.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM que a presidência desta Casa de Leis coloque em votação, com a maior brevidade possível, o Plano de Cargos e Salários dos funcionários deste Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(aa) JOCELITO CANTO, DOUTOR LUCIANO LUIZ CARLOS MARTINS, JOSÉ MARIA FERREIRA, ALEXANDRE CURI, CARLOS SIMÕES, TADEU VENERI, FRANCISCO BÜHRER, PADRE PAULO CAMPOS, LUCIANA RAFAGNIN, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, NATÁLIO STICA, CHICO NOROESTE, RATINHO JÚNIOR, LUIZ ACCORSI, FERNANDO RIBAS CARLI, ELZA CORREIA, CIDA BORGHETTI, RAFAEL GRECA, MARCOS ISFER, RENATO GAÚCHO, AUGUSTINHO ZUCCHI, ADEMAR TRAIANO, BARBOSA NETO, NELSON TURECK, ELIO RUSCH, ÂNGELO VANHONI, DELEGADO BRADOCK, NEIVO BERALDIN, PASTOR EDSON PRACZYK, ARTAGÃO JÚNIOR, DURVAL AMARAL, ADEMIR BIER, AILTON ARAÚJO, DOBRANDINO DA SILVA, RENI PEREIRA, MAURO MORAES e 02 ilegíveis.

REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve pede à egrégia Assembléia, seja este Plenário reservado para a realização, no dia 28 de abril de 2004, de Sessão Plenária Extraordinária com Solenidades, e Honras do Legislativo em Homenagem ao Dia do Trabalhador, em comemoração do dia 1º de maio, data Internacional do Trabalho.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este evento, denominado honraria de mérito, já faz parte da história do Paraná, cuja criação realização e

detenção de proposição, cabe às Entidades Unaecic, União das Associações de Empregados da Cidade Industrial de Curitiba e Fotrapar, Fundação Força Trabalhista do Paraná, as quais para escolha e seleção dos trabalhadores a serem agraciados, contam com pesquisa e indicação dos Sindicatos de Trabalhadores, Patronais, ONG's, e, própria imprensa ligados ao desenvolvimento do projeto.

A honraria começou em Sessão Extraordinária Municipal, na Câmara de Vereadores de Curitiba no ano de 1996, sendo transferida para o Legislativo Estadual em 2001, perfazendo até aqui uma história de oito anos, prestando homenagem de honraria de mérito a trabalhadores das diversas áreas de atividades, camadas sociais, variadas hierarquias, sejam estes homens, mulheres, empregados, autônomos, empresários ou autoridades, independentemente de sua ideologia pessoal ou social. Razão pela qual, podemos afirmar que, em se tratando de uma honraria oficial legislada por um parlamento, nesta data e finalidade de embasamento pelas informações, é a única do gênero no Brasil.

Serão agraciados personagens, que com suas atitudes profissionais, olhando pelo campo de visão: dedicação, amor pelo que faz, ética, moral, companheirismo, idealismo. Pelo seu campo de atuação, podem ser considerados exemplos "Paranaenses de Pessoas", do mais simples ao mais audacioso, do menos rico ao mais consagrado, importante todos serem referendados numa mesma oportunidade.

O ato será realizado dia 28 de abril de 2004, quarta-feira, dia de Sessão Plenária do Legislativo, às 18 horas, desta forma oportunizando a presença de maior número de parlamentares e interessados em prestigiarem esta justa homenagem, onde a maioria dos homenageados jamais teriam uma outra oportunidade de mostrar que sua história representa a história de milhares de trabalhadores paranaenses, em especial, curitibanos.

A solenidade por ser oficial, homenageará 130 (cento e trinta) trabalhadores das várias regiões do Estado do Paraná, escolhidos, após a realização de exaustiva pesquisa e análise dos dados pessoais e profissionais. Os preparativos, têm início no mês de outubro de cada ano, até o mês de abril, num trabalho conjunto com o Cerimonial da Assembléia.

O evento realizar-se-á em duas etapas: 1º) Ata solene finalizando com a emissão do Diário da Assembléia. 2º) Recepção dos homenageados, seus convidados, imprensa e autoridades no saguão da Assembléia com um coquetel executivo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, ao realizar este ato estará se associando ao mundo inteiro, onde os grandes parlamentos, as academias, os egrégios colégios de sábios, as universidades, as agremiações de jovens, os sindicatos operários, as ordens religiosas, se unem para enaltecer os trabalhadores, eles, que com o fruto do seu trabalho, transformam, impulsionam e auxiliam sobremaneira no desenvolvimento do País.

REQUERIMENTO Nº 049

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada correspondência ao Exmo. secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando as seguintes informações e documentos, com base no Decreto 253 de 29.01.2003:

- se é correta a afirmação divulgada pela imprensa de que o secretário contratou uma assessoria de imprensa em São Paulo, apesar de a Secretaria de Comunicação Social ter uma agência de notícias e assessoria de imprensa para atender o governo;

- em caso afirmativo, a quem cabe o pagamento para tal contratação, de que modo ocorreu? Houve licitação?

- Em relação à pergunta anterior, se o ônus couber ao Estado, favor juntar os procedimentos que orientam a contratação, o contrato e os empenhos de pagamento.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, secretário de Estado da Segurança Pública, para que sejam tomadas providências com a máxima urgência no sentido do aumento do efetivo de policiais militares que fazem o policiamento no Jardim da Ordem, Bairro Tatuquara, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato de estar ocorrendo inúmeros assaltos a moradores e comerciantes neste bairro de Curitiba que encontram-se desprotegidos pela falta de policiais militares para garantir a segurança.

REQUERIMENTO Nº 052

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de ofícios ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público solicitando informações com relação às denúncias enviadas pela Câmara Municipal de Vereadores de Nova Fátima quanto a irregularidades em procedimentos licitatórios na Prefeitura Municipal, indagando ainda se algum procedimento administrativo ou inquérito policial foi instaurado para apuração das denúncias.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 054

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, solicitando que seja aplicado o disposto no Tratado de Transferência de Presos, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, através do Decreto Legislativo nº 06, de 25 de janeiro de 1999, para os internos da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, cuja nacionalidade é argentina.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, professor Altair Tarcísio Rizzi, solicitando providências urgentíssimas no sentido que sejam contratados ou realizados concursos públicos para preencher vagas da carreira de professor da Unioeste - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tendo em vista alguns cursos ainda estarem em fase de implantação, como o de Enfermagem, Pedagogia, Engenharia Mecânica, Letras/ Inglês e Direito, há uma necessidade premente da contratação de professores para compor o seu quadro docente.

Isto posto, em nome de toda a comunidade do Oeste do Paraná, esperamos que tal solicitação seja atendida, com a máxima urgência, o que trará um enorme benefício à comunidade discente e docente daquela prestigiosa universidade.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) CHICO NOROESTE

REQUERIMENTO Nº 048

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João do Soutto Mello, ocorrido no dia 04 de fevereiro do ano em transcurso, na cidade de Lobato/PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de seu filho, o Sr. Carlos Antonio de Mello, residente à Rua Antonio Coletto, 1339, CEP.: 86.790-000 - Lobato-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. João do Souto Mello, nasceu em 25 de dezembro de 1925, na cidade de Passos/MG, onde residiu até os 27 anos.

Em 1952, transferiu-se para a cidade de Lobato, para trabalhar como motorista da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Em 1954, foi nomeado inspetor de Polícia e posteriormente delegado, permanecendo no cargo durante 10 anos.

Foi eleito vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, em 1961, e vice-prefeito municipal em 1965.

Em 1969, foi eleito prefeito municipal, sua gestão foi um marco à população lobatense, pelas obras realizadas, em especial a criação do serviço municipal de água e esgoto; abertura e conservação de estradas rurais; reformas da Praça Monteiro Lobato; fundação do Colégio Comercial de Lobato; construção do Colégio Estadual Rui Barbosa.

Ficou conhecido por sua importante participação na política e no progresso do município. Sua vida pública sempre esteve voltada aos interesses daquela comunidade.

Seu passamento causou consternação à população lobatense, onde conquistou grande respeito e amizade.

Através deste requerimento, nos associamos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família do jornalista Estélio Feldman, figura ilustre no cenário político, social e econômico do Paraná e que foi, nos últimos 44 anos, a voz e a opinião do jornal Folha de Londrina, através de mais de 10 mil artigos.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente à Rua Espírito Santo, 900, apto, 102, CEP.: 86.010-510 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 055

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente, REQUER, envio de voto de pesar à família, pelo falecimento do jornalista Estélio Feldman, ocorrido na madrugada de hoje, 18 de fevereiro, na cidade de Londrina.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia aos familiares, à Rua Espírito Santo, 900, apto, 102 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

É com sentimento de tristeza e ao mesmo tempo de reconhecimento que propomos a esta Casa o voto de pesar à família do jornalista Estélio Feldman, falecido na última madrugada em Londrina. Com 44 anos de Folha de Londrina, o jornalista, ao lado de outros dois colegas de redação, Jota Oliveira e Widson Schwartz, receberia hoje na Câmara de Vereadores de Londrina o título de cidadania honorária da cidade.

Estélio, 66 anos, estava internado no Hospital do Câncer de Londrina e foi vitimado por uma falência de múltiplos órgãos e decorrência de um melanoma. Nascido em janeiro de 1938 em Campinas, São Paulo, chegou a Londrina em dezembro de 1955, onde cursou o Colégio Vicente Rijo e posteriormente formou-se na Faculdade Estadual de Direito de Londrina.

Começou a carreira na Rádio Paiquerê, em outubro de 1956 (antes da inauguração da emissora), onde permaneceu até julho de 1960. Em julho daquele ano, ingressou na Folha de Londrina, onde trabalhou até o seu falecimento. No jornal, foi redator, editor e noticiarista, tendo escrito mais de 10 artigos de opinião durante os 35 anos em que exerceu a função de editorialista. É membro fundador da Academia de Ciências, Letras e Artes de Londrina, onde ocupou a cadeira nº 10 que tem como patrono o escritor Monteiro Lobato. Foi também jornalista da Sercomtel Telecomunicações S.A. durante 23 anos, onde ingressou em junho de 1981.

Estélio Feldman publicou cinco livros: Constituinte e Municipalismo, que lhe valeu o título de Benemérito do Municipalismo, outorgado pela Associação dos Municípios do Paraná; Plebiscito, Tempo Bom, Sercomtel - 30 Anos e Resgate Jornalístico.

O jornalista deixa a sua segunda esposa, Rita de Cássia Fulgêncio Feldman, e três filhos: Maria Helena, 41 anos; Cristina, 36 anos; e Aurélio, 27 anos. Nessa hora difícil para todos os que conheciam e conviviam com o jornalista é que esta Assembléia Legislativa se solidariza com a família, propondo justa homenagem.

REQUERIMENTO Nº 065

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helena Carcereri Piekarski, ocorrido dia 03 do corrente, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos, recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresento à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 067

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alício Amaral, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos, recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresento à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 068

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Piekas, nesta Capital. Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos, recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresento à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de pesar à família Pierazzo, de São José das Palmeiras-PR, pelo falecimento de Luciano Pierazzo, filho do vereador Osvaldo Pierazzo e da Sra. Cleuza Pierazzo.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta a sua solidariedade e rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o falecido nos deixou.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do senhor vereador Oswaldo Pierazzo, via correspondência, a ser encaminhada a Rua João Batista das Chagas, 1356 - CEP.: 95898-000 - São José das Palmeiras-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 074

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Abatia, proximidades do número 473, Bairro Pinheirinho, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa rua, em toda sua extensão. Os assaltos são constantes nas residências e deixam os moradores preocupados com a falta de segurança, principalmente os que trabalham durante o dia.

A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará tranqüilidade a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 076

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do ilustre jornalista, Sr. Estélio Feldman.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 066

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Vicente Braholcka, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimen-

tais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar para que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, os votos de congratulações deste Poder à empresa Agrícola Horizonte, da cidade de Marechal Cândido Rondon, nas pessoas do Sr. Osvino Ricardi e sua esposa Marlise, sócios-proprietários, e do engenheiro agrônomo Werner João Barth, responsável pelo departamento técnico-agronômico, pela exemplar e pujante organização do Dia de Campo, realizado no último dia 20 de janeiro.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este parlamentar e seus nobres pares, soma-se aos elogios de agricultores, autoridades e demais pessoas que participaram do evento, manifestando à conceituada empresa congratulações pela relevância de novas técnicas e conhecimentos para a atividade agrícola regional.

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo sucesso à empresa cumprimentada, nas pessoas do Sr. Osvino Ricardi e sua esposa Marlise e do engenheiro-agrônomo Werner João Barth, à Avenida Irio Jacob Welp, 600 - CEP.: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente:

Valendo-se de suas prerrogativas regimentais, o deputado que este firma, vem requerer ao Plenário deste Parlamento que se digne aprovar o registro nos Anais da Sessão de hoje, das efusivas congratulações deste Poder à Cooperativa Agropecuária Cascavel Ltda - COOPAVEL, da cidade de Cascavel, nas pessoas do seu diretor-presidente, Sr. Dilvo Grolli e do seu diretor-gerente, Sr. Rogério Rizzardi e equipe pela exemplar organização do Show Rural 2004, realizado de 09 a 13 de fevereiro último.

Essa não é uma manifestação isolada e demagógica. Contudo, é a expressão que traduz o sentimento de administração de milhares de agricultores, cooperativistas, autoridades e visitantes que, como este parlamentar, estiveram presentes ao relevante evento, que se repete a cada ano com mais entusiasmo e pujança.

A importância e a validade desses eventos refletem no tempo os seus salutare propósitos, ao proporcionar acesso a novas técnicas de cultura e ao conhecimento do avanço tecnológico, que redundam numa atividade agrícola mais preponderante, transfigurando a premissa “se o melhor é possível, o bom não é suficiente”.

E, por achar que os grandes feitos devem ser reconhecidos, e aplaudidos aqueles que os protagonizam, requer-se também, que caso aprovada a presente proposição, seja dado ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo sucesso, à Cooperativa cumprimentada, nas pessoas do seu diretor-presidente, Dilvo

Grolli e do seu diretor-gerente, Rogério Rizzardi, à BR-277, km 591 - CEP: 85.803-490 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar para serem registrados nos anais da Sessão de hoje, os votos de congratulações deste Poder à Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda. - Copagril, da cidade de Marechal Cândido Rondon, nas pessoas do seu diretor-presidente, Sr. Ricardo Chapla e do seu diretor, vice-presidente Adelar Borth, e ao seu departamento técnico-agronômico, pela exemplar e pujante organização do Dia de Campo, realizado nos últimos dias 21 e 22 de janeiro.

Essa não é uma homenagem isolada e demagógica, mas é a referência e a expressão de agricultores, cooperativistas, autoridades e visitantes que estiveram presentes ao relevante evento, que se repete a cada ano com mais entusiasmo e pujança.

A importância e a validade desses eventos refletem no tempo os seus salutare propósitos, ao proporcionar acesso a novas técnicas de cultura e ao conhecimento do avanço tecnológico, redundando numa atividade agrícola, mais aperfeiçoada e preponderante, transfigurando a premissa “se o melhor é possível, o bom não é suficiente.”

Caso aprovada a presente proposição, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão dos votos de contínuo sucesso à Cooperativa cumprimentada, nas pessoas do seu diretor-presidente, Sr. Ricardo Chapla e do seu diretor vice-presidente, Sr. Adelar Borth, a Rua 9 de Agosto, 700 - CEP: 85.960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 075

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de Louvor à Dra. Edna Emília Gomes da Motta Almodin, a primeira profissional maringaense a receber o prêmio mulher da ACIM - Associação Comercial e Industrial de Maringá.

O currículo anexo da Dra. Edna Almodin bem demonstra o mérito da escolha da Associação Comercial e Industrial de Maringá. Profissional respeitada e de gabarito que muito honra a comunidade maringaense.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do edital publicado na coluna "Opinião" do jornal Folha de São Paulo, de autoria do Clóvis Rossi, na edição de 18 de fevereiro de 2004.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando o envio de cópia do presente, ao jornal Gazeta do Povo na figura do seu diretor-presidente Francisco da Cunha Pereira Filho.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) DURVAL AMARAL

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 021/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Roberto Antonio Busato.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Roberto Antonio Busato nasceu em Caçador, Santa Catarina. Todavia em face do falecimento do pai, quando tinha apenas oito anos de idade, veio residir em Ponta Grossa, onde moravam os familiares de sua mãe.

Desde criança, freqüentava o escritório de seu tio advogado, Dr. Wilson J. Comel, onde aprendeu a gostar da profissão.

Antes de formar-se em direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, trabalhava como radialista esportivo. Posteriormente abandonou o rádio, uma vez que o sucesso na profissão de advogado exigiu dedicação integral.

Possui escritório em Ponta Grossa há mais de 30 anos. Durante este tempo sempre demonstrou interesse na participação dentro da Ordem dos Advogados do Brasil, iniciando como presidente da Subseção de Ponta Grossa, passando para as funções de Conselheiro Estadual até alcançar postos dentro da OAB a nível nacional.

Ao longo desses anos de dedicação à advocacia e à Ordem dos Advogados do Brasil, Busato acumulou experiências, percorreu o país, ouviu a classe dos advogados e o que a sociedade espera destes, buscando soluções para os problemas. Segundo seus pares, Roberto Busato é a pessoa certa para a Presidência da OAB, pois é a pessoa chave para enfrentar as metas que a entidade pretende, no âmbito administrativo e institucional.

É visto por parentes e amigos como pessoa responsável e obstinada, capaz de levar adiante e com sucesso qualquer empreendimento. É um sonhador, idealista, mas também um executor.

Repetindo as palavras de seus amigos nas diversas congratulações recebidas, temos que Roberto Busato é um exemplo de dignidade e trabalho, de denodo profissional e coragem institucional que certamente sustentarão a responsabilidade de elevada função que passará a exercer. Ele sabe traduzir com palavras os anseios da sociedade brasileira contra as seqüelas sociais que maculam nossa história e impedem a realização da Justiça Social.

Ponta Grossa, no Paraná é a cidade onde Roberto Busato cresceu, formou-se, trabalha e constituiu família. Sempre se intitula advogado paranaense. É o mais jovem presidente a assumir o cargo de Dirigente Nacional da OAB. Todavia, por não ter nascido neste Estado que tanto ama e agora dignifica, é merecedor do título de Cidadão Honorário.

PROJETO DE LEI Nº 022/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica reduzida para 7,5% (sete e meio por cento) a alíquota do ICMS - Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, nas operações internas com brinquedos educativos, assim considerados aqueles que auxiliam o processo pedagógico escolar.

Art. 2º - Para cumprimento do disposto nesta lei, o Poder Executivo realizará a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da redução na arrecadação, firmando o convênio para a redução de alíquota de que trata esta lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A produção e o comércio de brinquedos educativos envolve o trabalho de diversas pessoas, isto porque normalmente são artefatos manufaturados, executados dentro de parâmetros rigorosos de qualidade, segundo a ABNT, para que possam ser utilizados nas escolas, bem como por crianças da mais tenra idade.

Não sendo produzidos ou comercializados em larga escala, o custo do produto é elevado, concorrendo em condições de desigualdade com outros brinquedos cujo potencial educativo é bastante inferior.

Assim, é imprescindível a concessão de incentivo tributário, de forma a equiparar o custo final do produto, facilitando a comercialização desses brinquedos educativos, o que implicará certamente em reflexos benéficos na

educação infantil e no aumento da produção, com maior emprego de mão-de-obra.

PROJETO DE LEI Nº 023/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-moradia, sempre reajustado de acordo com os índices de inflação, a todos os servidores públicos na ativa integrantes dos Quadros das Instituições policiais acima mencionadas que comprovem pagar aluguel ou financiamento de casa própria no valor de até R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao mês por um prazo de até 25 (vinte e cinco anos).

Art. 2º - Fica criado no âmbito das Polícias Civil e Militar o auxílio-transporte para todos os servidores públicos ativos integrantes dos Quadros das Instituições acima mencionadas, no valor em espécie e ao mês, equivalente a 40 (quarenta) passagens de ônibus municipal da região onde esteja lotado.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Esta iniciativa de projeto de lei tem por objetivo reparar uma injustiça há anos enfrentada pelas corporações das Polícias Civil e Militar. No que se refere ao auxílio-moradia deve-se ressaltar a urgência deste benefício. Não é justo e nem moral e tampouco recomendável que um servidor integrante dos quadros das Polícias Civil e Militar tenha como endereço de sua residência uma favela e/ou um local de "invasão" expondo a sua vida e da sua família em risco, além de poder ser corrompido pela promiscuidade que normalmente é produzida por algumas facções. Quando ao auxílio-transporte, se faz necessário para evitar que um policial - seja ele militar ou civil, fique exposto com sua farda ou colete em ruas ou rodovias solicitando carona de terceiros, subjugando a sua autoridade e colocando em risco sua vida.

Trata-se de fator dignidade, pois um servidor público com a responsabilidade que tem, com a autoridade que tem que impor, considerando ainda, a exposição ao perigo diário que se tem que sujeitar no desempenho da atividade policial, deve ser mais valorizado e no mínimo ter condições básicas para locomover-se até seu trabalho, bem como morar com sua família em local seguro e digno.

Neste termos justifica-se o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 024/2004
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica transformado o Pelotão da Polícia Militar de Rio Negro / PR, em Companhia da Polícia Militar de Rio Negro / PR.

Art. 2º - Compete à Companhia da Polícia Militar de Rio Negro / PR, para atender às cidades de Rio Negro, onde será sua sede, bem como Campo do Tenente, Quitandinha e Piên.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na região de Rio Negro, Campo do Tenente, Quitandinha e Piên, o índice de criminalidade vem crescendo assustadoramente, o que acaba por forçar a conclusão que o número de policiais militares encontra-se defasado.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas neste projeto de lei encontram-se distanciadas entre si de tal forma que com um efetivo pequeno como o atual, fica mais difícil o atendimento em situações emergenciais e mesmo para a realização de um trabalho repressivo ao crime. Atualmente o Pelotão da Polícia Militar que lá existe é composto oficialmente de 30 (trinta) homens, no entanto, na prática esse número se mantém reduzido a aproximadamente 20 (vinte) homens, considerando-se licenças médicas, licenças especiais e férias.

Com o pretense projeto de lei busca-se um aumento de efetivo para aproximadamente 150 (cento e cinquenta) homens. o que certamente estaria mais próximo da realidade com relação ao número de crimes que vêm acontecendo, bem como considerando ainda o aumento da população e concentração bancária.

Salienta-se ainda que há de se considerar que a cidade de Rio Negro está em uma região de fronteira com o Estado de Santa Catarina, o que por si só já justificaria um aumento de efetivo, pois a concentração de criminosos do Estado vizinho naquela região também é verificada com frequência, tornando a atual Companhia, localizada na cidade da Lapa, obsoleta e com pouco efetivo para dar o respectivo atendimento, como forma de prevenção à atuação delituosa de criminosos que porventura se dirijam àquela região fronteira.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados nas questões relativas à segurança pública, aquela região, da mesma forma, clama por um efetivo maior com conseqüente transformação do Pelotão da PM em Companhia da PM.

Nestes termos, justifica-se a transformação do Pelotão em Companhia da PM em Rio Negro.

PROJETO DE LEI Nº 025/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - O Posto de Atendimento terá como competência territorial os municípios de Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulysses e Rio Branco do Sul.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Salienta-se que na região de Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Cerro Azul, Doutor Ulysses, não possuem o atendimento emergencial do Corpo de Bombeiros, e nas eventualidades que necessita-se de tal atenção, atualmente recorre-se ao Corpo de Bombeiros de Curitiba, o que fatalmente acarretará em prejuízos irreparáveis à população daquela região.

Cabe ressaltar que as cidades envolvidas neste projeto de lei encontram-se, a mais distante, a aproximadamente 150 km de Curitiba, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la certamente muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhes a segurança esperada nesta área de atuação.

Nestes termos, justifica-se a criação do Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros com sede na cidade de Rio Branco do Sul.

PROJETO DE LEI Nº 026/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado em caráter emergencial, um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul, o qual terá competência para atuar

em Laranjeiras do Sul, Viermond, Cantagalo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos.

Art. 2º - Para o devido funcionamento do Posto de Atendimento supra mencionado, caberá ao Corpo de Bombeiros estruturá-lo com pessoal e equipamentos adequados às necessidades da região, com um número não inferior a 24 (vinte e quatro) pessoas.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.02.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei que cria um posto de atendimento do Corpo de Bombeiros para atuar na cidade de Laranjeiras do Sul e demais cidades da região sendo elas: Viermond, Cantagalo, Porto Barreiro, Rio Bonito do Iguaçu, Nova Laranjeiras e Marquinhos, considerando que estas cidades circundam o município de Laranjeiras do Sul e todas são atendidas pelo Corpo de Bombeiros da cidade de Guarapuava.

Cabe ressaltar que Guarapuava encontra-se a aproximadamente 114 km de Laranjeiras do Sul, distância esta muito elevada quando se pensa em atendimento emergencial, por exemplo, na ocorrência de incêndios, pois até percorrê-la, certamente, muitas famílias terão seus bens e pertences perdidos pela ação implacável do fogo.

A população daquela região não pode ser esquecida por esta Assembléia Legislativa do Estado, pois assim como todos desejam estar amparados na eminência de catástrofes e de casos fortuitos, aquela região da mesma forma clama por um Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros que irá dar-lhes a segurança esperada nesta área de atuação.

Nestes termos, justifica-se a criação do Posto de Atendimento do Corpo de Bombeiros na cidade de Laranjeiras do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna neste momento para comunicar a Casa que a Comissão de Fiscalização da Assembléia Legislativa teve uma reunião essa manhã, no plenarinho da Assembléia, com a presença do deputado Artagão Júnior, deputado Tureck, deputado Elio Rusch e o ilustre deputado André Vargas, onde, na oportunidade, foram debatidos vários assuntos de interesse da população do Estado

do Paraná, entre eles da soja, que acabou sumindo do Porto de Paranaguá, na ordem de 1.610 toneladas; vários assuntos sobre obras paralisadas e a Comissão deliberou para ouvir o diretor-técnico do Porto de Paranaguá, no dia 3 de março próximo, no plenarinho da Assembléia Legislativa.

A Comissão deliberou por determinar que o Tribunal de Contas deu um parecer conclusivo sobre várias denúncias que envolvem a administração pública do Estado do Paraná. A Comissão tem poderes respaldados no Regimento Interno e na nossa Constituição Estadual.

Senhor presidente, senhores deputados, também é oportuno que V. Exa. preside a Assembléia Legislativa e como membro do PT fazer uma constatação e uma revelação. que aliás não gostaria de fazer. Assistindo a TV Senado, ontem, à noite, assistindo a TV Câmara verifiquei que o PT Nacional não quer aderir à CPI para apurar os fatos do Valdomiro Diniz. Como o Paraná tem grande representação perante o PT Nacional, V. Exa. que vai assumir a Liderança do Governo nos próximos dias, uma Bancada expressiva liderada pelo deputado Ângelo Vanhoni, também o presidente da Itaipu Binacional, que levem a mensagem de um membro do PDT, do Paraná: para que o PT Nacional não se omita sobre esse grave fato que coloca em situação difícil, no campo ético e moral, o PT Nacional.

Nós que esperamos do PT a conduta ilibada e técnica, justa e ética, não podemos esperar e aceitar calados que o PT não some para criar uma CPI para apurar os fatos que envolvam desvio de recursos públicos ou que envolvam comportamento pouco recomendável para uma administração pública.

O que faço hoje aqui é pedir ao líder do Governo para que remeta à liderança do PT Nacional, para que o PT não se omita de assinar uma CPI para apurar simplesmente a verdade, assim sempre pregado pelo PT quando não era governo e agora não pode mudar de lado.

Sei que não envolve nenhum membro do PT a nível de Estado. Envolve um membro do PT a nível nacional. E é oportuno que alguém do Paraná diga: “assinem essa CPI”, porque queremos simplesmente a verdade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elton Carlos Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, sociedade paranaense.

Venho, neste horário, fazer a defesa do nosso governo no caso citado pelo deputado Neivo Beraldin.

O governo tomou uma decisão pronta. Demitiu o cidadão que foi supostamente envolvido em alguma falcatura. O governo determinou para que a Polícia Federal fizesse todas as investigações e apurações. Inclusive,

senadores como o Tasso Gereisati (PSDB) que é razoável e prudente, recomenda que não ocorra CPI no Senado, porque todos os fatos já estão sendo apurados.

Essa fita já existia desde 2002 e apresentam ela agora. É natural que se investigue. E o governo tomou a atitude correta demitindo o cidadão e apurar para que a verdade venha à tona.

Não se omite de fazer um CPI ampla das campanhas políticas. E isso parece que não vai vingar, porque muitos partidos não querem.

Senhor presidente, ontem ouvimos aqui um pedido de informação que foi votado por este Plenário soberano, porque no passado não passava pedido de informação. E busquei algumas informações no dia de hoje junto à Secretaria das Comunicações.

Existem sim um método que atinge a população quando se trata de comunicação. Tem um critério técnico para possibilitar recursos para empresas privadas do ramo de comunicação. Por exemplo: no ano de 2002, vejam o absurdo, a Rede Rock de Comunicações de Curitiba recebeu seis meses um milhão cento e oitenta e oito mil reais. Essa mesma empresa, que reclamava no dia de ontem, recebeu, no mesmo período de 2003, apenas 120 mil reais. A cada mês recebia 200 mil reais. Outra empresa da cidade de Guarapuava, Rádio Cacique recebeu 519 mil reais. Não é diferente, a Rádio Clube de Ponta Grossa, parece que é uma emissora de rádio ligada a um deputado nesta Casa, espero que essa informação seja equivocada. Recebeu também 171.349 reais.

Hoje existe um método na Secretaria das Comunicações do Estado, foi feita uma licitação e as informações requeridas por esta Casa serão todas prestadas, tanto é que tem sido a prática da Bancada do PT.

Portanto, nós nos sentimos tranquilos, porque existe um método para fazer com que o critério técnico seja obedecido no sentido da ampla atenção às informações que são necessárias para divulgar programas do governo.

Senhor presidente, para finalizar, concluir que, com relação à corrupção, o nosso governo, o governo Lula, tem sido implacável. Quantas operações já foram feitas! A questão da operação anaconda, a questão da polícia rodoviária, da corrupção na região de Foz do Iguaçu, da região Oeste do Paraná que muitos policiais foram presos por ações da Polícia Federal. O governo está sendo implacável na questão da corrupção; se ela existe, será combatida com muita veemência e nesse sentido o governo federal está agindo com muita propriedade.

Aqui no Paraná quantos e quantos contratos não foram sustados por causa da convivência com contratos fraudulentos, inclusive, na área da comunicação, da informática e outros setores estratégicos, como da Copel, da Sanepar e tantos outros. Essas correções estão sendo feitas gradativamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados:

Inicialmente, gostaria de dizer ao deputado Elton Welter que V. Exa. fez uma acusação de que um dos deputados de Ponta Grossa é dono de uma rádio. Como sou radialista, queria esclarecer que não sou proprietário de tal emissora de rádio, acho que V. Exa. está falando do deputado Plauto Miró Guimarães que é proprietário da Rádio Clube. Só para esclarecer, porque V. Exa. deixou aí uma dúvida, só tem dois deputados de Ponta Grossa e um só é dono de rádio.

Senhor presidente, gostaria de saudar os professores do Estado do Paraná aqui presentes e agradecer a oportunidade de termos hoje a presença desses valorosos educadores do Estado do Paraná, juntamente com a APP, até para dizer que no transcorrer deste mandato que estamos ocupando transitoriamente, nesta Casa, assumindo o compromisso de estar ao lado dos senhores professores, de estar ao lado daqueles que no dia-a-dia levam a escola como uma segunda casa, sem dúvida nenhuma, são os que educam os nossos filhos, são os que educam os jovens do Paraná, principalmente os mais simples e humildes. Por isso, senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, que, na condição de deputado, oriundo de uma votação essencialmente popular, assumi na campanha o compromisso de que seria um deputado ligado ao interesse dos professores do Paraná. Então diante de toda a classe dos professores, representantes de vários setores do Estado, do magistério e da própria APP, mais uma vez reafirmo o meu compromisso como deputado que tem assento nesta Casa, de estar votando tudo aquilo que for de interesse dos professores. Aquilo que os professores definirem terá nossa luta, terá nossa guerra nesta Casa, terá nossa participação. Aquilo que for de melhor para os professores nós estamos juntos.

Quero que neste episódio, nessa luta de oito anos aguardando pelo menos um aumento, melhorias no que se refere à educação, colocar-me ao lado dos professores.

Do pouco que estudamos temos muito conhecimento que nos foi dado pelos valorosos professores. Então, como respeito aos professores que, principalmente, educam os mais jovens e os mais simples deste Paraná, que fico ao lado deles e voto tudo aquilo que for de interesse dos professores aqui nesta Casa. E peço aos demais companheiros que defendem os interesses do Estado, defendem as suas cidades, que sigam o nosso exemplo. Os professores de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais vão ter orgulho de dizer que o seu deputado Jocelito votou a favor daquilo que eles queriam. E que os mesmos professores que estão aqui de outras regiões, tenham o mesmo orgulho de chegar às suas regiões e dizer o mesmo: o meu deputado, da minha região, esteve ao lado dos mais humildes; esteve ao lado

das pessoas que cuidam da educação dos nossos filhos e da educação dos mais simples.

Então, é este o pedido que faço a todos os companheiros. E não se esqueçam: os professores, acima de tudo, além de educadores, são os grandes formadores de opiniões.

Também, senhores professores, gostaria de aproveitar hoje, para retificar uma “fanfarrice”. Não sei exatamente essa palavra, mas quero registrar aqui uma fanfarra e uma bravata feita pelo governador do Estado do Paraná e que eu não poderia perder a oportunidade de apresentar diante dos professores do Paraná.

(Passa a usar o horário da Liderança do PTB).

Até porque, senhor presidente, já ouvi por aí, alguém dizendo que os deputados não queriam votar o aumento dos professores. E o fanfarrão do governador Roberto Requião foi à mídia, no período em que estávamos em recesso e disse que só mandaria o Plano de Cargos e Salários para cá, se nós não recebêssemos jetons para votar.

Mentira! Fanfarra, bravata, mídia. E esta Casa, que ninguém nem da Situação se atreva a levantar para defender o governador, porque neste momento o governador jogou contra todos nós. Disse que nós, os deputados, queríamos receber jetons para votarmos o aumento dos professores. O que não é verdade, porque o Plano de Cargos e Salários dos Professores não estava pronto. Mandaram com quatro, cinco erros cada vez, e recentemente lá em Ponta Grossa, S. Exa. o governador da bravata, o governador da mentira, foi lá dizer que mandaria o Plano de Cargos e Salários quando estivesse pronto.

Na inauguração de Vila Velha pedi a um repórter da nossa rádio que perguntasse a ele como estava o Plano e ele disse, curto e objetivo: o dia que estiver pronto eu mando para a Assembléia.

Então, ele jogou contra nós, deputados. Jogou os professores contra os deputados. Jogou a opinião pública, jogou tudo contra nós. E esse registro precisa ser feito aqui: partiu do governador Roberto Requião.

E não é só isso. O governador tem o costume de ficar batendo em deputado. Recentemente, senhores deputados, ele disse aqui, deputado Nelson Justus, que os deputados queriam liberar emendas para ganhar comissão.

Senhor presidente, aqui está o ofício assinado pelo Sr. Caíto Quintana, deputado, que diz que não é verdade, que o governador Roberto Requião não falou isso.

Então, existe aqui algum jornalista mentiroso! Só pode ser!

Está aqui o documento que o senhor governador não se referiu ao pagamento de comissões.

Então, quem é que está mentindo?

É a imprensa, ou o governador da bravata que escreveu aqui, assinado pelo Sr. Caíto Quintana?

E para finalizar, senhor presidente, gostaria, até em homenagem a essas confusões instaladas a nível nacio-

nal, hoje, de perguntar se algum membro do PT, deputado André Vargas, valoroso presidente dessa agremiação; deputado Ângelo Vanhoni, primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para prefeito de Curitiba; queria perguntar: ninguém vai defender o Lula da bravata que o Requião fez com ele, recentemente? O governador contou uma piada na “Escolinha do Professor Requião”, na segunda-feira, que todo mundo tem que rir e aplaudir. Fez uma gozação com o presidente, que foi para a China. Os membros da “escolinha” aplaudiram, quando o Requião contou que o Lula foi consultar um pai-de-santo e esse disse ao Lula: você está possuído pelo espírito do Fernando Henrique Cardoso.

Mas ninguém vai defender aqui o Lula? Os membros do PT vão ficar só ouvindo? Cadê a aliança PMDB/PT e até quando vai? Até a próxima bravata do Requião?

Muito obrigado, presidente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Senhor presidente, para registrar aqui a presença do prefeito da nossa região, de Itambé, Mário Forastieri; do vereador Sebastião e do secretário Ananias; e a nossa futura prefeita de Paiçandu - a força da mulher; também o Valdemar, a Adriana e o 2º secretário da Câmara, o Marquinhos; e da Rose, nossa prefeita de Cruzeiro; o vereador de Maringá, Paulo Mantovani.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Damos as boas-vindas aos visitantes e aos professores que aqui se encontram no dia de hoje. Esta Mesa quer aproveitar a oportunidade para registrar o aniversário, na data de hoje, da deputada Cida Borghetti. Pedimos uma salva de palmas.

(Aplausos)

Com a palavra, por cinco minutos, deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiras e companheiros, trabalhadores da Educação que se fazem presentes aqui, hoje, eu queria externar os meus cumprimentos e o meu abraço à companheira Cida, por este dia tão importante.

Gostaria de deixar consignado nesta Casa, que hoje os 60 mil professores do Paraná começam a ver resgatada uma antiga dívida que o Estado do Paraná tinha para com a categoria. Esse plano de carreiras é o início de um processo de resgate, da dignidade da categoria dos professores, que durante muitos anos vinha sendo tratada neste Estado, como cidadãos de segunda classe. Penso que os problemas não serão todos resolvidos. A luta continua em função da reposição das perdas salariais. Mas sem dúvida nenhuma, inclusive, dito pelo professor Lemos da APP, que este plano é o resultado de um trabalho exaustivo, de

discussões amplas com o governo do Estado, através da Secretaria da Educação, da APP e, evidentemente, de toda a categoria.

Acho que, sem dúvida nenhuma, nenhum deputado ou deputada desta Casa apresentará qualquer dificuldade para votarmos esse plano, para que possamos, efetivamente, começar a pagar essa dívida que temos com os professores.

Quero dizer, que diferente do que foi colocado aqui, o governador Roberto Requião não segurou esse plano de cargos. Seria um contrasenso, um absurdo. Porque as discussões foram acompanhadas de perto pelos representantes da APP, pelo sindicato. Todo o processo foi exaustivo. Não houve consenso em todas as questões. Mas não podemos dizer, em nenhum momento, que tenha havido má vontade ou indisposição do governador Roberto Requião, para enviar esse plano à Assembléia Legislativa. Ele só veio antes porque havia problemas, dificuldades nas planilhas. O professor Lemos sabe disso, acompanhou o processo e era preciso que fosse corrigido, para voltar corretamente, para que pudéssemos votar. Isso tem que ser colocado, porque senão dá a impressão de um discurso fácil com platéia, de que o governador Roberto Requião, através do secretário Maurício, teria dificultado a vinda desse plano para cá. Essa é uma promessa de campanha, os professores sabem disso e por isso, mais uma vez, o governador cumpre com a sua palavra.

Falava hoje com nosso presidente Stica, Hermas Brandão, companheiros e companheiras é um assunto delicado mas eu me sinto constrangida, muito constrangida se ficar silenciosa. Todos nós acompanhamos pela imprensa uma denúncia trazida pelo Jornal do Estado de ontem que teria alteração na Lei do Código de Organização Judiciária, após a aprovação aqui por esta Casa. É uma grave acusação, é uma acusação séria, é uma acusação que põe em suspeição a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ou não? Põe em suspeição a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná! São denúncias que maculam a seriedade, a ética, o compromisso com a lisura desta Casa. Depõe contra a seriedade dos nossos trabalhos e evidentemente é, na minha avaliação, um ataque frontal à Assembléia Legislativa.

Sabemos que nosso presidente já tomou as necessárias providências, porque esta denúncia tem que ser apurada. O presidente disse que tomou conhecimento disso pela imprensa, o companheiro Nelson Justus deixa muito claro que não houve nenhuma modificação, que foi para lá o que nós aprovamos aqui e esta é a palavra da Assembléia Legislativa. Portanto, a Casa foi exposta, companheiro Nelson Justus, foi maculada em relação à sua ética, à sua lisura e à sua forma de trabalho. Acho que essas coisas não podem ficar sem resposta, porque dá a impressão que nós realmente cometemos aqui um ato de improbidade. Caíto Quintana, chefe da Casa Civil também se manifestou e disse que foi publicado exatamente o que ele recebeu aqui da Assembléia, alguns deputados

já se manifestaram, deputado Ratinho, Barbosa Neto, Tadeu Veneri e outros companheiros.

No momento em que o Brasil trabalha em direção da transparência, da ética, da lisura, eu me senti profundamente incomodada com essa denúncia, envergonhada e humilhada, porque eu defendo esta Casa, é a nossa Casa, não é, o que fere a um fere a todos e eu gostaria de dizer que espero sinceramente, senhor presidente, que essas denúncias sejam devidamente apuradas e, caso contrário, quem realmente coloca esta questão e faz a denúncia também arque com as conseqüências pelo fato de tentar denegrir a imagem da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

É uma acusação grave que não deve passar impunemente como se todos fizéssemos de conta que isso não está acontecendo. Está acontecendo, houve uma acusação, deve ser apurada e nós temos que manter a qualquer custo a dignidade, a ética e a lisura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná da qual, com muita honra faço parte.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, prezados professores e paranaenses aqui presentes.

Infelizmente ontem eu não estive na Sessão desta Casa uma vez que, repentinamente tive que fazer uma viagem para o interior do Estado. Se eu estivesse presente ontem com toda certeza eu teria usado o horário do Pequeno Expediente ou da Liderança para participar das manifestações dos deputados Fernando Ribas Carli, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral e de tantos outros que fizeram algumas considerações em relação à presença de S. Exa. o governador do Estado, que esteve presente nesta Casa na última segunda-feira, dia 16. Veio e transmitiu à Assembléia Legislativa a sua mensagem daquilo que o Governo teria realizado neste 1º ano. Para mim como Parlamentar foi frustrante e sou suspeito para falar, porque sou da Bancada da Oposição, não comungo com a Bancada que dá sustentação política e administrativa ao Governo na Assembléia Legislativa.

Mas, com toda certeza como todos os senhores deputados e os paranaenses, estávamos ansiosos e esperávamos, por parte do governador, aquilo que ele teria feito neste 1º ano. Esperava que o governador anunciasse que ele teria feito tantos quilômetros de asfalto, construído tantas escolas, tantas creches, atendi os prefeitos na área social, implantei ou substitui o programa da super sopa, substitui o programa da rua para a escola, ao longo do ano tenho debatido com os professores e com a classe sindical do quadro geral do Estado do Paraná. Nada! O que ouvimos do governador foram as suas bravatas, aquilo que o Paraná já conhece. E ele foi muito feliz quando disse uma frase, que diz o seguinte: “eles

esqueceram que perderam a eleição”. Palavras do governador Roberto Requião. Eu digo para ele: O Roberto Requião esqueceu que ele é o governador do Paraná. Ele não é mais candidato, ele tem que mostrar para o Paraná que ele é governador. Ou será que se aplica aquela frase: “promessas de campanha não são programas de Governo.” Para mim você só pode prometer aquilo que você vai cumprir e não prometa o que você não consegue cumprir. E aí perguntamos: E o Paraná, o que vai acontecer? O que vamos fazer na Assembléia Legislativa? Vamos continuar dizendo sim senhor? Os professores estão esperando há muitos anos. Não vamos culpar nem este e nem aquele governador, porque o Plano de Cargos e Salários não foi instituído nem hoje, não foi instituído pelo Jaime Lerner, não foi instituído pelo Roberto Requião, não foi instituído pelo Álvaro Dias, nem pelo Ney Braga, ninguém instituiu o Plano de Cargos e Salários.

Agora ele mandou a mensagem para a Assembléia, a mensagem está aqui, não faz 48 horas que os deputados tomaram conhecimento. Não tivemos prazo para discutir. Espero que os professores, através da APP Sindicato, tenham discutido com a Liderança do Governo, porque ainda hoje vamos votar numa Sessão Extraordinária esse Projeto de Lei.

Senhores professores, confesso, não sei se é isso que os senhores querem. Só lembrar o passado, quando um projeto vinha para a Assembléia e tinha que ser aprovado no afogadilho, quem levava...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Um minuto para concluir.

O SR. ELIO RUSCH

Será que esse projeto não merece ser discutido mais amplamente entre os parlamentares e os professores do Estado do Paraná, para que possamos chegar num acordo e num denominador comum? Das vaias estamos cheios e elas não nos assustam. Nunca me assustei e não é desta forma que vão me assustar. Mas é muito bom saber que vamos aprovar projetos de quem está vaiando. Depois não vão dizer que o que aprovamos na Assembléia não é o que vocês queriam. Por que não debater? Por que não discutir? É através da discussão, do debate, que surge o bom senso. É isso que espero, sim, porque somos democratas como sempre fomos e nunca um projeto dessa envergadura foi aprovado de afogadilho e não precisa ser aprovado agora com o argumento que não se pode ser implantado. Isso não é verdade, porque pode ter efeito retroativo.

Solicito o Horário do PFL.

Senhor presidente, o governador do Estado do Paraná disse no dia 16 próximo passado, que ele havia instituído o Programa da Luz Fraterna. Lógico, o Programa da Luz Fraterna é um benefício para o pobre no Estado do Paraná. Só que, na campanha eleitoral, disse que cada cidadão que gastasse menos do que 100 kWh, ele iria isentar a energia elétrica. E o que é que ele

implantou com a Luz Fraterna? Cada cidadão que gasta até 100 kWh está isento do pagamento da energia elétrica, desde que não exista uma receita *per capita* na família superior a meio salário-mínimo. Foi isso que ele falou na campanha? Não!

Na campanha ele disse: “cada cidadão paranaense que gastar menos de 100 kWh, mas ganhe menos do que meio salário mínimo”.

Pergunto para os professores, que são formadores de opinião, são educados, são cultos: quem ganha meio salário mínimo e mais um real é rico? Ele é pobre, miserável! Isso ele não falou na campanha! E disse o governador desta tribuna que ele havia distribuído e está distribuindo leite para 63 mil crianças pobres!

Vamos aos números.

No governo passado, quase cem mil crianças receberam por mês uma cesta básica, que ele acabou. E era essa cesta básica, além do leite, feijão, arroz, carne e tantos outros mantimentos mais. Isso ele cortou e só dá um litro de leite. Grande vantagem para o governador do Paraná, sem falar das quatrocentas mil sopas e refeições, supersopas que foram servidas aos pobres do Paraná ele também acabou. Por que ele não diz isso? Podíamos falar de tantas coisas. Mas é importante que o Paraná e aqui a Assembléia Legislativa saibam, efetivamente, que há uma diferença muito grande entre o discurso e as ações.

Palavras bonitas comovem, e fazer a gente até chorar, porque se tem uma coisa que o senhor Roberto tem, sim, é o dom da palavra. Sabe se comunicar muito bem, mas ele vai levar de barriga: um ano, um ano e meio, dois anos. De repente a sociedade vai pensar: e onde nós estamos, com o nosso Paraná? O que que o Paraná ganhou e o que o Paraná perdeu?

Esse é o registro que tínhamos de fazer no dia de hoje: bravatas o Paraná está cheio. O que queremos é ação: desça do palanque e administre o Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Ontem, nesta tribuna, fizemos um pronunciamento colocando e mostrando que, de tempos em tempos, há uma alternância de Poder. Uma hora é uma corrente política que está governando, outra hora é corrente política contrária que está comandando o Estado ou a Nação ou o município. E sempre aqueles que estão na oposição criticam. É um procedimento normal, democrático a Oposição apontar os erros dos governos para que possamos corrigir se caso estiverem no caminho errado.

Mas não posso deixar de falar aquilo que vejo nos meios de comunicação nos dias de hoje e também ouvi numa emissora, em cadeia nacional, que é a Rádio CBN, nos jornais não tivemos uma matéria onde mostra

declarações dos líderes do Senado posicionando-se contrários à formação de uma CPI para investigar as denúncias de envolvimento e de corrupção do assessor da chefia da Casa Civil, o Waldomiro Diniz. E também na Rádio CBN escutei um dos deputados federais do Partido dos Trabalhadores saindo de uma reunião de Bancada, dizendo que a Bancada do PT não vai assinar e apoiar nenhuma CPI dentro da Câmara dos Deputados.

Ora, senhores deputados! Vamos voltar, 3, 4, 5, 8, 10, 15 anos atrás: o discurso era completamente diferente. Era o discurso da moralidade, era o discurso da ética, era o discurso que fiscalizava todos os erros, todas as denúncias que existiam nos governos anteriores, de vários outros tantos Partidos.

E agora? O que é que vemos? Acabou tudo aquilo! Agora, que são governos, nós estamos vendo que o discurso, entre aspas ético, não existe mais. Agora estamos vendo o discurso da proteção para a denúncia de corrupção que houve de um assessor da chefia da Casa Civil. Dizem que a corrupção, o problema e o envolvimento, foi lá no governo anterior, no Rio de Janeiro. Mas, este assessor está sentado lá, como homem de confiança de chefe da Casa Civil do Governo Federal, do José Dirceu.

Então, meus companheiros, a investigação é boa. É importante. E tem que acontecer. E aqui no Estado do Paraná não é diferente. Escutei desde o primeiro dia do atual Governo e até mesmo lá no período eleitoral uma série de denúncias em cima do governo anterior. E não mudou muito. O governador esteve aqui no início da semana de 90% do seu discurso foi crítica ao governo anterior. Mas, o costume tão questionado e tão criticado do governo anterior, com relação às verbas de comunicação social, eu tenho aqui uma relação de todos os recursos que foram liberados para os meios de comunicação, lá no governo anterior. Canais de televisão receberam. Jornais do Estado do Paraná receberam. Quase todas as rádios receberam recursos da Comunicação Social. Valores diferenciados. Algumas rádios receberam mais, dependendo da situação geográfica na qual estava. Outras, receberam menos. Valores significativos. Teve um deputado do Partido dos Trabalhadores que aqui fez seu pronunciamento e deixou claro.

Mas, quero dizer e deixar claro: o novo governo, o governo da ética, que está governando o Paraná, que tanto se pautou e criticou o governo anterior, num só mês, no mês dez, sem licitação pública para as empresas de publicidade, porque a forma legal para poder liberar recursos para os meios de comunicação é através de uma agência de publicidade; num só mês o governo liberou mais de 3 milhões de reais.

Quero citar, aqui, alguns meios de comunicação que receberam valores significativo: a Rádio 96 FM, num só mês, recebeu 120 mil reais; a Rádio Globo num só mês, 110 mil reais. Aí tem a Rádio Capital, que recebeu 18 mil reais, a Rádio Clube FM, mais 18 mil reais; a Rádio Caiobá, 18 mil reais. E quem quiser a relação, está aqui, de todos os meios de comunicação que receberam

recursos do novo governo, ético, que tanto criticou os costumes do governo anterior. Para vocês terem uma idéia, só em rádios, no nosso Estado do Paraná, só num mês: 864 mil reais foram destinados, sendo que algumas receberam muito mais.

Os canais de televisão: 1 milhão, 962 mil reais, só no mês de setembro do ano passado. Recursos destinados pela Copel, através da campanha “Luz Fraterna”, recursos que foram investidos na divulgação de ações do Governo do Estado do Paraná.

Os jornais receberam, só no mês de setembro, 270 mil reais. É um procedimento que vem de governo para governo e os meios de comunicação recebem dos governos, não só do Paraná, há em Santa Catarina acontece, também. No Rio Grande do Sul, da mesma forma. E lá em Brasília, está acontecendo, também, porque o Partido dos Trabalhadores, que governa nosso País, direciona recursos para os meios de comunicação, para que ele possa divulgar suas ações.

Então, isto existe e está aqui, para todos aqueles que quiseram ver, os meios de comunicação que receberam e da minha cidade de Ponta Grossa tem meios de comunicação que receberam da cidade de Castro. Está aqui a relação, tem rádios que receberam também, está aqui para quem quiser ver.

Os costumes são os mesmos os costumes é que mudam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao Grande Expediente.

Deputado Durval Amaral, com a palavra.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Estive lendo as mensagens que o governador encaminhou a esta Assembleia Legislativa, na última segunda feira. Algumas mensagens muito importantes, muito interessantes, outras mensagens extremamente curiosas. Estive analisando a Mensagem que o governador mandou, Mensagem nº 02/2004, que se refere ao Orçamento Geral do Estado do Paraná.

Veja bem, o deputado Marcos Isfer e o deputado Ademir Bier presidindo a Comissão de Orçamento e o deputado Marcos Isfer relatando, no Orçamento do Estado do Paraná, no ano passado, tiveram o cuidado de elaborar um Orçamento contemplando os interesses do Poder Executivo, os interesses do governo do Estado do Paraná, contemplando os interesses do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, da Assembleia Legislativa, os interesses dos municípios do Estado, mas sobretudo, preservando os interesses do Executivo. Mais claro: a Comissão de Orçamento, que é uma Comissão composta, por deputados da Situação e por deputados da Oposição, tiveram, esses deputados que compõem a Comissão de Orçamento, a preocupação de preservar as prerrogativas da Assembleia Legislativa do Estado do

Paraná. Até porque o Poder Legislativo não pode delegar as funções que lhe são mais vitais, principalmente quando a Assembleia Legislativa legisla sobre o Orçamento Geral do Estado.

Nós não podemos abrir mão das prerrogativas deste Poder, porque senão, estaremos sendo subservientes ao Poder Executivo.

Lembro-me bem que já tive a oportunidade de relatar o Orçamento durante alguns anos, que mesmo sendo um deputado da base do Governo, sempre tive a preocupação de manter as prerrogativas da Assembleia Legislativa. Quais as prerrogativas? Por exemplo, a de legislar sobre a matéria Orçamentária. A de fazer suplementações orçamentárias.

Por quê? O Poder Executivo pode e essa sempre foi uma preocupação da Assembleia Legislativa delegar prerrogativas para o Executivo, para que ele pudesse suplementar o Orçamento, quando se trata de matérias que envolvem o pagamento de salários dos servidores públicos.

Lembro-me até, muitas vezes os próprios professores vinham conversar comigo, as universidades.

Mas, deputado, qual é a previsão de aumento salarial que está sendo contemplado no Orçamento para o ano subsequente?

Eu sempre disse: essa previsão não precisa estar contemplada especificamente no orçamento, porque anteriormente no Art. 9º inciso 01, atualmente no Art. 12 da Lei Orçamentária inciso 01, está lá uma delegação expressa do Poder Legislativo para que o Executivo suplemente o orçamento para o pagamento de salários, para o pagamento dos encargos da dívida pública. Por quê? Não pode o Executivo esconder-se atrás do Legislativo, dizendo que não tem condições de dar aumento porque não encaminhou para a Assembleia uma suplementação orçamentária para esse fim.

Nesse caso específico, a Assembleia sempre delega expressamente na lei orçamentária, e nesse caso no Art. 12, inciso 1º, todas as prerrogativas, para que o chefe do Poder Executivo possa dar aumento ao servidor público do Paraná, para todas as camadas e correntes. Para que o chefe do Poder Executivo possa pagar os encargos da dívida religiosamente em dia, sem querer se esconder atrás de uma suplementação orçamentária que tenha que ser encaminhada à Assembleia Legislativa.

Pasmem, se essa sempre foi a prática da Assembleia delegando poderes para fim exclusivo de pagamento de salário! Agora esse governo quer mais. E ele deseja muito mais. Deseja surrupiar a prerrogativa legislativa. Deseja reduzir a Assembleia Legislativa a verdadeiro “pó de track” em matéria orçamentária.

Discutia com os deputados da Comissão de Orçamento. Vamos aprovar emendas para que o governo vete ou vamos aprovar emendas do orçamento sem que o governo tenha condições de vetá-las?

Pois bem, houve um acordo. Um acordo para preservar a força da Assembléia Legislativa. Algumas emendas foram feitas e foram contempladas na questão orçamentária que propiciaram o veto oposto do governador. Outras não. E, diante da impossibilidade do governo vetar. Descaradamente, deslavadamente e irresponsavelmente tenta reduzir a Assembléia Legislativa a meros deputados que deverão sentar-se, levantar-se de acordo com os interesses do Palácio Iguazu.

Não posso aceitar esse subterfúgio, essa emenda, essa Mensagem nº 02 que procura subtrair de um texto aprovado na lei do orçamento, para que o Poder Executivo tenha, quando extrapolar os seus limites de suplementação orçamentária, que encaminhá-las à Assembléia Legislativa.

Senhores parlamentares, o que o governo deseja? Deseja não encaminhar à Assembléia Legislativa do Paraná durante o ano de 2004 nenhum tipo de suplementação orçamentária. Ou seja, ficaríamos aqui a votar outras questões, mas não votaríamos nada que se referisse mais ao Orçamento Geral do Estado. Deveria o presidente desta Casa devolver essa mensagem ao Poder Executivo. É uma afronta essa mensagem, pois acabamos de aprovar o orçamento, dizendo quais são os casos que o governo deve pedir suplementação orçamentária. E, sorrateiramente, encaminham a esta Casa um projeto de lei para se desobrigarem de encaminhar mensagem de suplementação orçamentária.

Vou dizer os exemplos e a própria argumentação. Diz o governo na sua justificativa, poderia parecer uma questão simples. Vou começar a ler a Mensagem do Governo: “Ficam incluídos nos incisos 2, 4 e 5, do Artigo 12, a Lei nº 14275, de dezembro de 2003, as expressões por projetos atividades”.

Essas expressões não continuam na mensagem que o governo mandou aqui. Foi por deliberação da Comissão de Orçamento. Foi por deliberação do Plenário desta Casa que incluímos por projeto atividade. Para que, quando o governo do Estado tiver que regulamentar o orçamento, no artigo 12, no Inciso 02 que diz o seguinte: “Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional, quando: Inciso 02 - abrir créditos adicionais até o limite de 5% por Projeto/atividade das votações previstas neste orçamento decorrentes de ingresso do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias das unidades da administração indireta para aplicação em programas aprovados por essa Lei”. Veja só o que custa ao chefe do Poder Executivo quando ele extrapola o limite de 5% e encaminha um pedido de suplementação orçamentária a esta Casa, deputado Nelson Justus, não custa nada, mas o governo não quer governar com a Assembléia, não quer preservar as prerrogativas inerentes aos parlamentares de discutir e votar questões orçamentárias. O chefe do Executivo não quer, por exemplo, como diz no Inciso 4º, abrir créditos adicionais até o limite de 9% por projetos/atividades das dotações definidas neste orçamento, utilizando

como recursos as formas previstas no Parágrafo 1º do artigo 43. Ele não quer ouvir a Assembléia em matéria orçamentária e eu, como parlamentar, não posso aceitar, em hipótese alguma, uma afronta como essa à Assembléia Legislativa.

Ele tem a ousadia de justificar a sua mensagem dizendo o seguinte: “isso torna reduzido o valor limite para as alterações tornando moroso, inclusive alterações consideradas rotineiras na execução do orçamento e que, sem qualquer dúvida, viria sobrecarregar desnecessariamente os trabalhos do próprio Poder Legislativo pelo excesso de números de leis que a execução orçamentária demandaria”. Que sobrecarregar a Assembléia Legislativa coisa alguma! Em hipótese alguma! Nós estamos aqui para votar, nós estamos aqui para dispor sobre questões orçamentárias, sobre aumento dos servidores públicos, para cumprir o nosso papel constitucional e não posso, entendo até que o governo do Estado e, principalmente...

(Manifestação nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero pedir ao pessoal que ocupa as galerias que, por favor, mantenham-se em ordem, o orador tem trinta minutos para falar. Esta Casa não só vota, esta Casa discute. Peço ordem às Galerias, por favor!

Com a palavra o orador que ocupa a tribuna.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço ao nobre presidente, até porque sei que a missão de ensinar é também a missão de escutar, aliás, tenho na minha vida a docência, concursado que sou pela Universidade Estadual de Londrina e, graças a Deus, se sou um bom professor é por que sou um bom ouvinte.

Então senhores, essa missão de preservar os poderes da Assembléia Legislativa é de fundamental importância para todos nós. Tenho certeza que o presidente da Casa poderia, simplesmente, devolver essa mensagem ao chefe do Poder Executivo para que ele cumpra o que a Lei Orçamentária determinou. Dentro das suas prerrogativas, dos limites estabelecidos no Artigo 12 e seus incisos, 5%, 9%, 12%, ele suplementa o orçamento por Decreto, acima disso ele remete à Assembléia Legislativa.

Para dar aumento salarial aos professores, para dar aumento salarial aos demais servidores públicos, à Polícia Militar, à Polícia Civil, ele suplementa o orçamento por Decreto, porque essa é uma maneira de agilizar para o Poder Executivo, efetivamente, esse afã que tem muitas vezes do Poder Executivo em atender classes tão importantes do nosso Estado, camadas tão importantes, como são os servidores públicos do Estado do Paraná, fora disso, submeta à Assembléia Legislativa e nós estaremos prontos, independentemente de sermos deputados da Situação ou da Oposição, a votarmos todas as suplementações orçamentárias para que o governo do Estado possa

cumprir e implementar as suas promessas de campanha que, até agora, muito mais tem ficado nas promessas do que na execução no dia-a-dia do mandato do seu governante.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passamos ao Horário das Lideranças.

PPS. Fará uso da palavra o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Subo a esta tribuna em nome do PPS, para dizer aos professores que como sempre o PPS não irá lhes falar. Estaremos votando juntamente com as reivindicações da APP. Fomos signatários de uma série de emendas que foram apresentadas na Comissão de Educação, através do deputado Ratinho Júnior, que faz parte daquela Comissão e devermos estar, portanto, votando dentro daquele acordo deste projeto que foi trabalhado a muitas mãos durante muito tempo. Queremos deixar o nosso reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo secretário Maurício Requião pela forma como ele e a sua equipe técnica desenvolveram este trabalho.

Quero deixar também o reconhecimento à Comissão Permanente desta Casa, da área de educação, que em todos os momentos esteve à frente da luta, à disposição da luta juntamente com a APP.

Gostaria ainda, fazendo reflexo às palavras que hoje foram ditas nesta Casa, colocar a posição do PPS com relação aos fatos que ocorrem em Brasília, quando o nosso presidente, companheiro Roberto Freire pediu e já imediatamente foi feita a demissão do servidor Waldomiro Diniz. Da mesma forma ele acha que o ministro Dirceu pode ficar afastado do cargo enquanto se apuram através da Justiça Federal, através da Polícia Federal, os fatos que envolvem as denúncias e em seguida, nada ficando comprovado, que seja retornado.

O PPS entende que não é o momento de CPI, uma vez que a CPI deveria realizar-se lá na Assembléia do Rio de Janeiro neste momento.

Da mesma forma, dizer ao deputado Durval Amaral, que escutamos as suas palavras com muita atenção e faremos questão de levar essa discussão à Comissão de Orçamento e também dentro desta Casa, como sempre com a maior lisura, com a maior transparência necessária para que o Poder Legislativo em momento nenhum fique suplantado. Nós entendemos que é da harmonia dos Poderes que nasce a democracia. E nós entendemos que somente com essa harmonia poderemos ter democracia no Paraná.

Só para fazer as colocações a respeito do posicionamento dos votos do PPS, falo aqui com o relator, mas tenho certeza de contar com o apoio do companheiro da Comissão de Orçamento, Ademir Bier, que me diz que assina em baixo dessa discussão.

Nós iremos sim ter essa discussão de uma maneira mais profunda, mas num local próprio, também é a Comissão de Orçamento...

O Sr. Durval Amaral

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Deputado Marcos, o deputado Elio Rusch me chamou a atenção e eu quero compartilhar com V. Exa. a observação que o deputado Elio Rusch fez.

Se votássemos essa mensagem, quem sabe até se aprovássemos essa mensagem, estaríamos votando contra algo que nós votamos a favor.

Seria a mesma coisa do governador fazer um apelo pessoal a cada parlamentar depois de ter votado de uma maneira o projeto do orçamento e agora dissesse: agora vocês votem contrariamente. Eu tenho certeza que nem a comissão de orçamento, nenhum dos nossos parlamentares faria ou teria uma atitude tão desprezível como essa.

O SR. MARCOS ISFER

Deputado Durval, quero dizer a V. Exa. que escutei as suas palavras hoje com muita atenção, como já as escutei na boca do deputado Nereu Moura em outros tempos e portanto esta é uma discussão que me parece muito clara, de poderes. Acho que é uma discussão que deve ser aprofundada sim, a questão do orçamento é uma questão muito séria a ser debatida nesta Casa e acho que com responsabilidade nós iremos construir a democracia que o Paraná espera.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo horário destinado ao PSB.

(Declina)

PP.

Concedo a palavra ao deputado Fernando Ribas Carlis, que terá cinco minutos.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, venho à tribuna desta Casa, nesta tarde, para fazer alguns agradecimentos e algumas colocações pontuais, que tenho certeza e convicção, que no decorrer dos próximos dias e dos próximos meses, dias e dos próximos meses, será um assunto de efervescência nesta Casa. Quero aqui fazer agradecimentos. Ontem tive a oportunidade de fazer um pronunciamento e neste pronunciamento, eu trouxe a verdade dos fatos para esta Casa, de acusações que recebi por parte do senhor governador do Estado. Eu, pelo menos imaginava, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, que tivesse havido uma cobertura mais abrangente através da imprensa. Mas, infelizmente, não teve essa cobertura.

Então, quero neste momento registrar as empresas de comunicação e os comunicadores, que deram voz ao meu discurso, além do plenário da Assembléia Legislativa. Quero aqui enaltecer o Canal 21, que ontem não só

transmitiu não só o meu pronunciamento, como todos os pronunciamentos feitos na tarde de ontem, ao vivo, integralmente. Quero parabenizar o Canal 21, a sua direção e dizer da repercussão dessa transmissão. Inúmeros telefonemas em meu gabinete e em minha residência particular, de pessoas que assistiram ao pronunciamento através do Canal 21. Quero parabenizar a direção do Canal 21 pela sua presença, que hoje também está aqui e tenho certeza que vai continuar. Este é um grande instrumento da democracia. A imprensa se faz desta maneira: mostra-se os dois lados, um fala, o outro rebate. Mas as duas partes têm que ter as mesmas oportunidades. Com o Canal 21 transmitindo diretamente deste plenário, o povo paranaense vai ter a oportunidade de conhecer os dois lados. Porque existe um canal oficial, que é a TV Educativa, que está a serviço do Executivo. E o Executivo faz em mostra somente a sua versão. Repito, aqui: não creio que seja legal e constitucional um órgão público, transmitir, tornar-se máquina de propaganda política de um governante de plantão. Não acho correto. Quero mais uma vez enaltecer a presença do Canal 21.

Da mesma maneira, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero agradecer também ao ilustre deputado Barbosa Neto, que tem o seu programa na Rede CNT, que é gerado em Curitiba e transmitido para todo o Brasil. O deputado Barbosa Neto também hoje teve a finesse e a delicadeza, de colocar no ar o nosso pronunciamento. Quero agradecer ao deputado Barbosa Neto e à direção da CNT, que não se dobrou e permitiu que esse pronunciamento pudesse ser ouvido, por todo o Brasil. Prova disso é que houve repercussão. Porque recebi telefonemas do Mato Grosso, por exemplo, de Campo Grande, dizendo que estavam vendo através da CNT, o pronunciamento que fazíamos nesta Casa. Quero agradecer ao deputado Barbosa Neto e também à Rede CNT de Televisão.

Da mesma forma ao ilustre deputado Jocelito Canto, que em seu programa, em Ponta Grossa, que atinge toda a Região dos Campos Gerais, também divulgou, propagou o discurso, integralmente. Quero agradecer o deputado Jocelito Canto, pela gentileza e delicadeza.

Muito obrigado a todos os senhores.

E também, senhor presidente, dizer que nós queremos que estes assuntos continuem principalmente estes assuntos de imprensa e quero só deixar para reflexões, aqui tem uma matéria, se o deputado Elton Welter quiser depois posso mandar em seu gabinete, aqui tem uma matéria que mostra os gastos em publicidade no primeiro mandato do Sr. Roberto Requião, 400 milhões de reais, 132 milhões de dólares! Está aqui, Folha de São Paulo, será a Folha de São Paulo o “jornalão”? Por isso a Folha de São Paulo tornou-se “o jornalão”, porque publicou os gastos. Isso mostrado, senhor presidente, empresa por empresa, Banestado, Copel, Sanepar, Ferroeste, administração direta, item por item os gastos do primeiro governo, está aqui.

Então este negócio de balela, que um ou outro recebeu, isso é uma prática de todos os governos, gastar em publicidade.

O Sr. Antonio Anibelli

Eu só perguntaria ao orador, se é do governo passado Jaime Lerner ou do governo passado do Requião.

O SR. FERNANDO RIBAR CARLI

Não, do governo Requião. Está aqui, inclusive, a fotografia. Está aqui, olhem!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador deputado Ademar Traiano.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, faço uso do Horário da Liderança do PSDB para fazer aqui também no meu pronunciamento algumas considerações em relação ao pronunciamento feito, na tarde de ontem, pelo deputado Fernando Ribas Carli. Com a sua eloquência demonstrou ao Paraná a verdade dos fatos, o contraditório daquilo que o governador Requião, na abertura dos trabalhos desta Casa, tentou mostrar aos paranaenses, de uma forma também eloquente, como sempre o faz. O deputado Carli, com muita propriedade estabeleceu o contraditório, mostrou aos paranaenses que as inverdades colocadas aqui pelo governador Roberto Requião, são mais que nunca figuras de retórica. Com muito conteúdo rebateu o pronunciamento do Requião.

É importante lembrar também, deputado Carli, senhores parlamentares, se voltarmos ao tempo, quando o governador Requião no seu primeiro mandato deixou o governo para ser candidato ao Senado pelo Paraná, em mais um dos estelionatos políticos feitos pelo atual governador, lembro-me perfeitamente que ele correu o Paraná todo, convocava a população nas praças públicas, chamava os prefeitos e dizia: “Estou trazendo o dinheiro no município para que o prefeito execute determinada obra, senhor prefeito, aqui está o convênio para execução da reforma da delegacia. Se o prefeito não fizer, que prendam, porque o dinheiro está aqui!”. Até hoje, senhores deputados, até hoje os recursos não chegaram às mãos dos municípios paranaenses! Envergonhou seu vice que assumiu no seu lugar, o então secretário, vice-governador, Mário Pereira, que não pôde cumprir e honrar os compromissos do grande estelionato eleitoral! Elegeu-se senador com uma estrondosa votação dos paranaenses em cima de uma mentira deslavada!

Para isso é importante que se coloque às claras também essa situação. O governador Requião tem uma facilidade enorme de vender aos paranaenses feitos que não faz. Até o presente momento fez um desmonte no Estado do Paraná. Não enxergamos uma obra sequer concreta em todos os municípios paranaenses. A não ser deputado Fernando Ribas Carli, comprometer os municípios paranaenses, porque se recurso existe nesse governo,

existe sim empréstimo para os municípios paranaenses. Dinheiro e recurso a fundo perdido, para que os prefeitos façam escolas, façam pequenas estradas no interior, façam obras sociais, não existe. Mas, recursos de financiamento para comprometer ainda mais a estrutura administrativa dos municípios, aí sim, aí existe. Por isso, não podemos de forma alguma concordar com o discurso do governador Roberto Requião no dia da abertura dos trabalhos, aqui, nesta Casa.

Quero, na segunda etapa do meu discurso, senhor presidente e senhores deputados, solicitar a esta Casa que registre nos Anais, o texto do grande colunista político Clóvis Rossi, editado na Folha de São Paulo - com o título: "Chamem o Collor". Espero que os senhores deputados, principalmente os do PT, ouçam com atenção.

(Lê):

"Chamem o Collor

MADRI - pela linha de argumentação adotada pelo ministro José Dirceu e pelo presidente do PT, José Genoíno, entre outros, ocorreu-me uma sugestão: por que não aproveitar Fernando Collor de Mello no governo Lula?

Afinal, Collor foi condenado (pelo Congresso) por falta de decoro, crime que os petistas agora cometem a cada segundo, e seu caso também aconteceu antes do governo Lula. Enquadra-se, portanto, à perfeição na desavergonhada linha de defesa adotada pelo "new PT".

A quem eles pensam que enganam?

O fato de a maracutaia flagrada ter sido anterior ao início do governo Lula não impede que:

1 - Um trambiqueiro de mão cheia tenha sido chamado para trabalhar no palácio do governo, ao lado do "capitão" do time, para reproduzir uma das muitas medíocres metáforas do presidente.

2 - Se suspeite de que a coleta criminosa de fundos para campanhas eleitorais possa ter beneficiado também o PT nacional, ou mais exatamente a campanha do próprio Lula.

3 - Se se flagrou uma maracutaia, bem pode ter havido duas, três, cem, mil, antes e durante o governo Lula, o que só se saberá com uma investigação ampla, geral e irrestrita, coisa que só CPI's se têm mostrado aptas a desencadear.

Uma segunda linha de defesa é acusar José Serra de responsável não se sabe bem se pelas gravações ou pela divulgação delas. Pois bem: ainda que Serra tivesse em pessoa perseguido o trambiqueiro da Casa Civil com a sua própria câmera e, depois, tivesse levado a fita no seu carro à revista "Época", e daí? O crime de Waldomiro Diniz desapareceria? Ficaria menor? O PT estaria inocentado?

Não. Ninguém teve o despudor supremo de negar os fatos. O que importa é apurá-los, em vez de ficar inventando sandices e sem-vergonhices para desviar a atenção. Cada vez que um petista abre a boca para falar do caso, só cai mais lama sobre o próprio partido e o seu governo".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No horário da Liderança do PT, com a palavra o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, senhores deputados. Na verdade o que me traz aqui, não é em absoluto fazer a polêmica - que acho que é saudável - a respeito da matéria que está hoje, nesta última semana em todos os jornais, até porque parece-me, como já foi dito aqui pelo próprio líder do PT, que se tivermos as assinaturas necessárias para instalarmos a CPI no Congresso, essa, com certeza, vai ser feita. E com certeza, também, vai apurar tudo aquilo que é a sua obrigação fazer. Assim como já tivemos tantas outras, que em determinados momentos, quando o PT buscou assinaturas e alguns deputados e alguns senadores entenderam que não deveriam assinar, até por estarem na Oposição - e isso é correto - buscam fazer uma CPI para investigar tudo aquilo que julgam de direito. E acho que é assim que a democracia deve funcionar.

Mas, o que me traz aqui, antes de fazer um registro, é um debate muito rápido a respeito do plano de cargos e carreiras e vencimentos dos professores. Mas o registro que gostaria de fazer para esta Casa toda, é com relação ao fato que ocorreu no último final de semana e que envolveu a deputada Luciana Rafagnin, o deputado Padre Paulo e também o deputado Elton Welter. Além, obviamente, do meu gabinete, esses três gabinetes tiveram no final de semana suas portas arrombadas. Acho que esse é um fato que deve ser colocado para esta Casa, obviamente que já tomamos as providências, já avisamos a Presidência, ela também tomou as providências necessárias. Mas parece-me que é necessário que coloquemos isso para os deputados, porque, algumas vezes não entendemos porque que as pessoas mexem nos gabinetes, não roubam nada, abrem os computadores, tiram todos os arquivos. No nosso caso a única coisa que foi tentado levar foram os documentos da CPI e já comuniquei ao Presidente da CPI que participei, que foi a CPI da Copel. Então são algumas coisas estranhas que no momento oportuno vamos ter que debater. Mas era apenas um registro, senhor presidente.

O que me traz, de fato, a esta tribuna é falar sobre o plano de cargos e salários dos professores do Paraná. E não tivemos o tempo necessário, talvez, para fazermos toda a leitura do plano de cargos, carreiras e vencimentos que gostaríamos, assim como seu substitutivo que foi aplicado e aprovado, ontem, na CCJ. E hoje será votado, na segunda parte, na Sessão que será antecipada de amanhã para hoje, estaremos votando um plano que é o anseio dessa categoria há 9 anos. Se não tivemos a oportunidade de fazer o debate a esmiuçá-lo como gostaríamos, teremos agora, nos próximos dez dias, até porque apenas no dia primeiro de março que vamos votar as

emendas. E, certamente, se tivermos emendas, poderão ser feitas as correções.

Mas quero dizer que este é um momento de festa para a Assembléia, para os professores e para a APP. São 8 anos e mais este ano passado, 9 anos, que os professores esperavam o momento para ter o seu plano votado, pelo menos. O reajuste não é tudo aquilo que se queria? Certamente que não. E reconhecemos isso e o governo reconhece isso. Agora, é certamente muito mais do que nos 8 anos de governo Lerner. Não preciso falar muito. Estou colocando isso porque é um momento de festa para toda a Assembléia Legislativa, para a Comissão de Educação, para todas as Comissões que participaram, para todos os deputados que vão votar, mas, principalmente, para uma categoria que soube resistir, soube passar, soube acampar, soube fazer greve de fome, soube pressionar legitimamente e hoje terá seu plano aprovado.

Concedo aparte ao deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Tadeu Veneri V. Exa. disse que o seu gabinete e mais três gabinetes foram assaltados.

Então, eu faço uma sugestão a V. Exa., para que faça um ofício à Presidência da Casa relatando o fato e quando isto ocorrer, que ninguém ingresse no gabinete até que se faça uma sondagem, através de uma perícia técnica, para que não fique este tipo de notícia triste e que passe, efetivamente, em vão.

Segunda parte que eu gostaria de colocar a V. Exa.: o governo, no ano que findou, tinha dificuldade, por um motivo de impressão de folha, não houve entendimento, para dar este aumento no mês de dezembro. Daí, se comentou que a Casa seria convocada extraordinariamente...

O SR. TADEU VENERI

Ela se colocou à disposição.

O Sr. Neivo Beraldin

Colocou-se à disposição. Então, eu faço um encaminhamento prático, para resolver esta pendenga, que se aprove retroativo a dezembro.

Isto é o justo.

O SR. TADEU VENERI

Senhor deputado, acredito que como foi solicitado, no momento oportuno será feita a emenda para que inclusive o Plano leve, por sugestão do governador, o nome da professora Helena Kolody. Mas, mais do que isto, eu gostaria de dizer, mais uma vez, este Plano só saiu pela disposição, pela garra e pela persistência daqueles que muitas vezes tiveram que colocar sua própria integridade física contrária a tudo o que a democracia previa. E o resultado está aí.

Estão de parabéns os professores, o seu sindicato, porque souberam lutar. E quem sabe lutar, certamente sabe vencer.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

No Horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao deputado Dobrandino da Silva.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)

Quero reforçar as palavras do meu colega deputado Tadeu Veneri a respeito do arrombamento dos nossos gabinetes, dos quatro gabinetes. Todos, por coincidência ou não, do Partido dos Trabalhadores. Quero lembrar, também, que estamos recebendo ligações anônimas nos avisando que nossos telefonemas estão grampeados.

Então, quero pedir à Casa para que tome providências. Esta é uma Casa séria, evidentemente. Não queremos denegrir a imagem desta Casa e não queremos, também, continuar usando nossos gabinetes com este risco que estamos correndo.

Obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhores e senhoras deputados.

Inicialmente, quero saudar os professores aqui presentes e dizer a eles que felizmente tiveram uma vitória. Gostaria de iniciar dizendo o seguinte: se não é o ideal - e nós sabemos que não é ideal o aumento que o governo está dando para os professores - mas, pelo menos eu sei que eles concordam. Foi a forma democrática que este governo debateu, exaustivamente, o Plano de Cargos e Salários, que não teve, nos oito anos passados.

E, respondendo à Bancada da Oposição, mais especialmente ao deputado Elio Rusch, que se pronunciou há poucos minutos, com referência aos salários dos professores, às obras do governo, eu diria que o governo veio à Assembléia e não disse o que fez até hoje. Eu diria o seguinte, nobre deputado: o governo disse, sim. Só que a obra que o governo fez, para V. Exa. não interessa. E eu vou dizer aos professores a grande obra que o governo está fazendo: foi moralizar o Estado, resgatar a dignidade dos professores, que o governo anterior infernizou, em oito anos.

E assim foi o Estado do Paraná. A grande obra que o governo está fazendo: resgatar e anular os contratos da Sanepar, da Copel e assim por diante, que V. Exa. apoiou no governo passado.

Esta é uma grande obra, deputado. Esta é a obra da dignidade, de um governo que tem coragem e está a serviço do povo.

Portanto, eu diria a V. Exa. respeitosamente, da forma que eu respeito os parlamentares: a democracia é assim, o debate muitas vezes nos fortalece. Tenho que respeitar agora aquilo que não concordo e manifesto que é inadmissível que venha agora defender os professores, se nos 8 anos passado eles foram massacrados pelo atual governo e com a anuência dos próprios deputados.

A mesma coisa, não os vi se manifestarem, quanto a esses contratos espúrios que o governo passado fez.

O governo Requião passou o ano todo, deputado Rafael Greca, discutindo e tirando o Paraná desse inferno que colocou o governo passado.

Por isso, não posso ficar calado diante dessa atitude, embora respeite os deputados, mas não concordo com essa forma e tenho que manifestar e dizer, que esse governo poderia ter feito muito mais já no início, se não tivesse recebido o governo na desordem que estava.

Eu que fui presidente da CPI dos Jogos Mundiais da Natureza e sabemos quanto desviaram de dinheiro que poderia ter sido destinado aos professores. Foram milhões e milhões de dólares, com a concordância desta Bancada que hoje contesta.

Não posso ficar calado diante do que fizeram com o Banestado, entregaram o nosso Banco, botaram o dinheiro no bolso. Não se pode ficar calado diante disso.

Respeito a opinião de cada um, mas me manifesto no que dizia o deputado Elio Rusch, meu grande amigo e que tenho muito respeito, mas ele é suspeito para falar porque é Oposição. É suspeito mesmo, concordou com tudo, esse inferno que fizeram com o Paraná. Por isso é suspeito mesmo.

Portanto, eu diria e digo mais uma vez, os professores, essa categoria importante, um dos segmentos mais importantes do funcionalismo do Paraná, tenham a certeza que começou-se uma nova era, a esta Casa não lhes faltará nunca com o apoio. Vamos discutir o Paraná, que com certeza, alcançaremos o ideal.

Acompanhamos esse governo que passou, e é por isso, que estão aí esses servidores que foram valentes esses 8 anos que atuaram esse massacre. Mas, com certeza iremos corrigir isso, se Deus quiser. Temos um Governo que hoje trabalha em favor do Paraná. Claro que a Oposição temo direito de não concordar e, quanto mais esse governo trabalha em favor do Paraná, mais a Oposição critica.

Nobres deputados, respeitamos as suas opiniões, deputados já experientes nesta Casa, grandes conhecedores, mas temos que combater aquilo que não achamos verdadeiro.

Portanto, cabe a mim, paranaense, que não venho a esta tribuna fazer discurso eleitoral e muito menos por ter aqui na Assembléia Legislativa, uma câmara de televisão, mas jamais deixarei de responder aquilo que eu acho que merece uma resposta à altura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado a Liderança da Oposição.
Pela ordem a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, em cima do que o deputado Padre Paulo falou, a minha assessora Vera veio aqui dizer que ligaram também do nosso gabinete e a minha asses-

sora Lira recebeu uma ligação, agora, dizendo que o nosso telefone também está grampeado. Ou é terrorismo, ou estão todos grampeados. Se estão todos grampeados, acho que devemos tomar providências e rastrear, porque isso fere os nossos direitos. Fere a Constituição. E também é uma desmoralização para Casa.

Se os nossos telefones estão grampeados, temos que tomar providências para saber de onde isso está vindo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Casa já está tomando providências.

A SRA. ELZA CORREIA

Fere totalmente a dignidade dos deputados, da Assembléia Legislativa e, evidentemente, dos paranaenses. É uma vergonha o que está acontecendo aqui.

Muito obrigado!

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Queria dizer que, na segunda-feira de manhã fui para o meu gabinete e não consegui abrir a porta. Foi aí que percebemos que a porta tinha sido forçada. Coincidentemente, o deputado Tadeu chegou na hora e também não conseguiu abrir e tivemos que chamar um chaveiro.

Na parte da tarde soubemos o que aconteceu no gabinete do Padre Paulo. É uma questão que a Casa tem que tomar uma providência, porque entraram no meu gabinete, ligaram os computadores e os deixaram ligados, e a porta continuava chaveada. Isso que é estranho.

É preciso que se tome providências, porque estamos sem segurança. E que nos admira é que aconteceu no final de semana. Quem entrou na Assembléia?

Pedimos que se tome as medidas necessárias, porque não temos mais segurança nos nossos gabinetes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa já está tomando providências.

Com a palavra o deputado Elio Rusch, no Horário das Oposições.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Não iria usar o Horário da Liderança da Oposição e nenhum dos deputados da Bancada das Oposições, mas diante do pronunciamento do deputado Dobrandino da Silva a quem devoto o maior respeito e admiro pelo seu trabalho como prefeito de Foz do Iguaçu e como parlamentar pela segunda vez.

Apenas quero dizer a V. Exa.: não podemos esquecer o passado. Homem sem passado é homem sem história. Muitas vezes temos que recorrer ao passado para lembrar as afirmações que fazemos hoje.

Isso serve para nós homens públicos. V. Exa. criticou veemente o ex-governador Jaime Lerner.

Ora, deputado, V. Exa. quando era prefeito o seu filho era deputado. O seu filho votava e integrava a Bancada do Governo do Estado. O governador Jaime Lerner por inúmeras vezes foi à sua cidade, da qual o senhor foi prefeito. O senhor agradeceu o governador. Enalteceu o trabalho que o governador Jaime Lerner estava fazendo pelo Paraná e, principalmente na sua cidade. Não podemos esquecer isso.

Sabemos que no calor da discussão esquecemos o que falamos no passado. Jamais podemos esquecer isso.

Quando V. Exa. diz que Jaime Lerner entregou o Estado do Paraná falido, estraçalhado. Ora, deputado Dobrandino, vamos pelos números. Quando Jaime Lerner herdou o governo, do então governador Roberto Requião em 1995, a dívida do Paraná correspondia alguns valores. E, naquela época, você precisava mais do que três receitas anuais de ICMS para pagar a dívida.

Muito bem, o Jaime Lerner entrega o governo para o seu sucessor, que foi quem o antecedeu quando ele assumiu, que é exatamente Roberto Requião, só que a dívida do Estado do Paraná cresceu muito, para pagar a dívida do Paraná em 2002 você não precisava mais de três receitas de ICMS/ano, com menos de duas receitas de ICMS/ano você pagava a dívida e aí eu pergunto para a Assembléia e para os senhores professores que são os que transmitem para os nossos filhos o conhecimento, vamos citar no exemplo o deputado Fernando Ribas Carli: V. Exa. ganha R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês e sua dívida é de R\$100.000,00 (cem mil reais); eu ganho R\$1.000,00 (um mil reais) e a minha dívida é de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), quem deve mais?

A dívida financeira montante sua é maior, mas V. Exa. paga com dez salários, eu ganhando mil reais preciso de cinquenta meses para pagar minha dívida e diante disso ninguém pode contestar. Quando V. Exa. fala do Banestado, vamos dizer quanto era a dívida do Banestado quando Jaime Lerner assumiu em 95: passava de dois milhões de reais. Quando o Jaime Lerner assumiu em 95, o Banco do Estado recorria ao sistema interbancário em setecentos milhões por dia para fechar o seu caixa. O erro do Jaime Lerner sabe qual foi?

E nós condenamos o ex-governador porque quando ele assumiu em 95 deveria ter chamado o Banco Central e feito intervenção no Banestado, porque o Banco do Estado sempre serviu a todos os ex-governadores como refúgio para pagar verbas de imprensa, como disse da tribuna o deputado Fernando Ribas Carli, o governador Roberto Requião no seu primeiro mandato gastou cento e trinta e dois milhões de dólares com a Imprensa.

Ora, nós entendemos, deputado Stica, que no calor da discussão esqueçamos o passado, mas a verdade deve prevalecer. Contra números, atos e fatos não podem existir contestações. Isso não podemos esquecer.

Encerro o meu pronunciamento dizendo ao deputado Dobrandino que tenho o maior respeito por V. Exa. e por seu filho, mas não posso aceitar as acusações que V. Exa. faz de que votei tudo com o governador Jaime

Lerner, não é verdade, o seu filho também integrava esta Bancada e votava tudo, 100% com o Jaime Lerner e V. Exa. recebia em 100% as verbas e as grandes obras no município de Foz do Iguaçu que o ex-governador levava.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Artigo 104, 108, se assim o senhor desejar.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Vamos verificar aqui o artigo.

Qual é a sua dúvida quanto ao andamento da Sessão, deputado?

O SR. JOCELITO CANTO

Não, eu só quero fazer uma colocação, presidente, pois ontem o deputado Zucchi pediu o artigo que usamos para falar e eu usei o artigo hoje para dizer que quero falar exatamente em cima daquilo que o deputado Zucchi nos cobrou ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O artigo 104 não procede, muito menos o 108.

O SR. JOCELITO CANTO

Então, vai Pela Ordem mesmo, vai sem artigo.

Senhor presidente, só queria deixar registrado de que acabei de receber uma ligação, também do meu gabinete, lá não arrombaram nem assaltaram, mas nessa ligação anônima disseram que quem está grampeando os telefones aqui da Assembléia é um cidadão chamado R.R.! Não sei quem é, quem conhece deveria avisar o departamento de segurança aqui da Casa para ver o que está acontecendo!

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

V. Exa. está fazendo uma acusação! Com a palavra, pela Liderança do Governo, deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sejam bem-vindos os professores, os mestres que estão aqui presentes! O governador do Estado está honrado em ter mandado para esta Casa, depois de tanto tempo, a votação do plano.

Eu estou aqui, junto com vários deputados, no terceiro mandato, então, estamos quase há nove anos nesta Casa. Já cumpri dois mandatos de deputado estadual e sei o quanto que os professores do Estado do Paraná inteiro lutaram para que o plano de cargos e salários fosse instituído para regular essa profissão que é, no meu entender, a profissão mais importante que a sociedade moderna possui.

Se acreditamos que a educação é adquirir conhecimento e se nós queremos construir uma nova sociedade,

uma sociedade mais democrática e se ela for mais democrática, vai ser mais igual. Ela vai trazer mais direitos para a coletividade. Terá que ser fundada no conhecimento, terá que ser fundada na aquisição de conhecimentos. E essa relação de adquirir conhecimento, a humanidade por mais que já tenha inventado a internet, que tenha inventado a rede de telecomunicações, que una todos os povos hoje e una todas as pessoas que têm acesso no planeta todo, essa relação de construção do conhecimento passa fundamentalmente e vai continuar passando na relação entre educador e educando.

Por isso, o Plano de Cargos e Salários aponta não só para corrigir o problema do passado que é a inexistência de um plano, a inexistência da dignidade desta profissão. Mas, aponta aquilo que nós queremos construir no futuro que é uma sociedade mais humana, uma sociedade mais igual, aonde o relacionamento dos seres humanos seja um relacionamento que possa construir um futuro, possa construir a esperança de homens e mulheres, não só do Paraná, mas do Brasil e do mundo inteiro.

Vocês, professores, estão de parabéns. E o governador Roberto Requião acho que teve uma sensibilidade muito grande porque fez a homenagem ao Plano de Cargos e Salário dos Professores do Estado do Paraná, à mais bela flor que o nosso jardim, que é o Paraná, já conseguiu construir nesses últimos 500 anos; que é a flor Helena Kolody que exalou o seu perfume, a sua doçura através dos seus versos, dos seus poemas, para que pudéssemos aqui fluir da sua beleza estética e que hoje vai estar lá no céu, junto com os anjos, fluindo o seu perfume, a sua beleza estética, para iluminar ainda mais o nosso caminho. Dos paranaenses e dos professores.

Viva os professores do Paraná, viva Helena Kolody, viva a estética, viva a poesia, viva os criadores, viva o futuro da humanidade. Viva os professores.

Muito obrigado!

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Apenas para registrar a presença na Sessão de hoje, do vice-prefeito do município de São Pedro do Iguaçu, que está aqui na tribuna de honra, bem como o vereador Oswaldo Ribeiro. Obrigado pela presença de vocês, como também dos nossos ilustres visitantes, cidadãos que estão aqui.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, gostaria de registrar nesta data, dia 18 de fevereiro, a alegria de podermos estar compartilhando com a deputada Cida Borghetti mais um ano de sua vida, o seu aniversário, externando aqui o nosso desejo de bênçãos divinas, saúde. Que possa realizar

durante mais este ano de vida muitos dos seus sonhos nessa sua jovem etapa de vida vencida.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 001/04-Lid. PT, subscrito pelo deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, comunicando sua liderança no partido. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 001/2004, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Ouro Branco, de Londrina, a fim de atender a alunos de 5ª a 8ª séries do Ensino Médio. **À Comissão de Educação, Cultura e Esportes.**

Indicação nº 002/2004, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando providências visando a transferência das instalações do Instituto de Identificação de Londrina para imóvel adequado ao seu funcionamento. **À Comissão de Segurança Pública.**

Indicação nº 003/2004, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando providências visando a construção de uma escola estadual no Parque Universidade, de Londrina, a fim de atender alunos de 5ª a 8ª séries e do Ensino Médio desse e dos bairros adjacentes. **À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro), do deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 047, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 19 do corrente mês (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Questão de Ordem**)

Senhor presidente, peço a palavra para apresentar um requerimento à Mesa, verbal, para que V. Exa., por três minutos - há vários requerimentos de destaque a respeito do Código Judiciário. São vetos apostos pelo governador do Estado. Temos praticamente alguns blocos se constituindo na votação desses vetos. Para que possamos chegar a um consenso a respeito de como proceder à votação, aqui no Plenário, solicito a V. Exa., que por três

minutos suspenda a Sessão, para que seja possível a formatação de um requerimento que contemple o conjunto da votação, aqui no Plenário. Porque cada veto, é meia hora para votar, e iremos ficar aqui não sei até que horas. É possível que o senhor nos atenda? Menos a questão dos destaques?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sim.

Atendendo a solicitação do deputado Vanhoni, suspendemos a Sessão por três minutos.

(Suspensa a Sessão)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/2004 - veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná. Com relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 347/2003

Curitiba, 30 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 423/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 666/2003, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos, a mesma autoria.

Dispõe o autógrafo sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e disciplina a constituição, estrutura, atribuições e competência dos tribunais, juízes e serviços auxiliares, observados os princípios constitucionais que os regem, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do inciso VI, do parágrafo 2º, do artigo 1º; do parágrafo 2º, do artigo 37; do parágrafo 3º, do artigo 63; do parágrafo 2º, do artigo 132; do inciso VIII, do artigo 236; do artigo 261; dos incisos V, VII, VIII e IX, do artigo 288; e sobre o artigo 299 e alíneas.

O inciso VI, do parágrafo 2º, do artigo 1º, não foi acolhido porque o princípio do contraditório aplica-se, especificamente, nos casos de infrações disciplinares, onde já está consagrado, a exemplo dos arts. 166, 175 inciso II, 180, 182 e outros do presente Projeto nº 666/2003, não se justificando, portanto, sua adoção como princípio em toda a lei.

O veto aposto ao § 2º, do artigo 37, é devido ao simples fato de a disposição nele contida repetir norma de efeito iguais aos do artigo 39.

Os parágrafos 3º, do artigo 63 e 2º, do artigo 132, os quais, por guardarem entre si acentuada semelhança, constituem-se normas repetitivas, foram vetados, eis que contrariam o interesse público, porque não se justifica a mesma exigência, Bacharel em Direito, para provimento de cargos de Oficiais de Justiça, como é para cargos de bem diferentes atribuições, mencionando-se, como exemplo, para os de ingresso na própria Magistratura.

O inciso VIII, do artigo 236, que objetiva a vinda da Comarca da Lapa para compor Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, dispositivo que, aliás, não constou da proposta original do Poder Judiciário, deixou de merecer acolhimento pelo fato de que, caso adotado, seria prejudicial à ação e aos trabalhos judiciais, em face da grande distância entre as sedes, o que implicaria em ônus de boa monta, pelos constantes e necessários deslocamentos de partes e autoridades.

O artigo 2671, procedente de emenda dessa Casa de Leis, foi vetado, caso acolhido, não guardaria a necessária harmonia e equidade com as disposições contidas no artigo 234.

Os incisos V, VI, VIII e IX, do artigo 288, foram vetados tendo em vista que, originários de emendas da Assembléia Legislativa, contrariam os superiores interesses públicos e mais especificamente os da justiça estadual. Em consequência, as respectivas referências contidas nos anexos são consideradas suprimidas, permanecendo os enfocados distritos judiciários nas comarcas de origem.

O artigo 299 e suas alíneas, foram vetados porque, assim como estão postos, ensejam via de provimento sem o respectivo concurso, conforme exige o artigo 236, § 3º, da Magna Carta Federal. Também porque, o acima mencionado preceito constitucional determina que nenhuma serventia permaneça vaga por mais de seis meses, sem abertura de concurso público de provas e títulos, de provimento ou de remoção. Logo, o requisito da vetada alínea “b”, não tem e não poderia ter sentido algum.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO - VETO PARCIAL Nº 016/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 666/2003, de autoria do Tribunal de Justiça, objeto de veto parcial do governador, dis-

põe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontram-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 063, de autoria dos senhores deputados Hermas Brandão e José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando destaque na votação da Proposição Veto 016/2004, que sejam votados em bloco.

- Os vetos de inciso VI, parágrafo 2º, do artigo 1º, parágrafo 2º, do artigo 37, parágrafo 3º, do artigo 63, parágrafo 2º, do artigo 132.

Inciso 8º, do artigo 236.

Em votação o requerimento.

Deputado José Maria Ferreira, para encaminhar a votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a deputada Cida Borghetti pela passagem do seu natalício, que continue a lhe derramar graças e bênçãos.

Cumprimentar os professores que se fazem presentes para acompanhar a votação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos. Uma votação importante, tanto para o setor da Educação do nosso Estado como também, para a população do Paraná, que vê nesse gesto a recuperação por parte do Poder Público daqueles que têm a responsabilidade de transmitir o conhecimento e fazer com que as gerações futuras sejam capacitadas para enfrentar os desafios dos novos tempos.

Foi um esforço do governo do Estado extremamente grande para que tivesse as recuperações que apresentam o plano. Há de se ressaltar também o trabalho da APP-Sindicato, juntamente com os núcleos que dispuseram numa discussão franca, aberta, encontrar uma saída para que pudesse haver o encaminhamento de uma votação que hoje estaremos fazendo.

Nós estamos finalizando uma das mais importantes votações que essa legislatura tem que iniciou no exercício de 2003, que o Projeto de Lei nº 666/2003, que trata da Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná. Um projeto que oferece à justiça do Estado do Paraná um instrumento mais moderno para que ele possa exercer o direito e, sobretudo, fazer o resgate de uma justiça mais rápida, mais célere e mais presente, porque quando a justiça é lenta, ela não é justiça, ela simplesmente perpetua a injustiça no nosso meio.

O governador Roberto Requião sintonizado com este desejo do povo do Paraná entendeu por bem vetar alguns artigos, incisos e parágrafos, que hoje esta Casa tem o dever e a obrigação de analisar.

Um grande entendimento, não o resultado da votação, mais sim do processo de encaminhamento da votação ficou que será apreciado em 4 blocos de votações. No primeiro bloco, estaremos analisando o artigo 1º, através do inciso VI, parágrafo 2º. Onde o Executivo entendeu que o contraditório é uma expressão já contida no bojo da lei, que não precisaria estar aqui tipificada como está.

O nosso encaminhamento é pela manutenção do veto, porque ele é apenas repetitivo.

O item que faz parte desse bloco, que nós estaremos votando logo mais é o veto do parágrafo 2º, do artigo 37, trata que as substituições eventuais dos juízes de Direito, do Forum serão exercidas pelo juiz de Direito mais antigo da Comarca, independente de designação. Por que o Executivo vetou?

Por que o próprio corpo da lei, que nós votamos por equívoco, já tinha no seu artigo 39 a mesma disposição, para que não ficasse em duplicidade a mesma disciplina legal, o Executivo vetou e esse fez parte do bloco que estamos votando agora na sequência.

O terceiro veto que será analisado é no Parágrafo 3º do artigo 63, que assim dispõe: “as unidades dos juizados especiais civis e criminais que funcionarão em todas as comarcas contarão com a estrutura prevista no Anexo 8º, parágrafo 3º: para o cargo de oficial de justiça é necessário ser bacharel de direito, sendo que para os cargos de auxiliar de cartório e auxiliar administrativo será exigido a escolaridade correspondente ao ensino médio completo”. O Executivo está vetando o parágrafo 3º, porque, no nosso entendimento, ele corresponde, sob alegação de que se houver apreciação como estava, amanhã, poderia ensejar um aumento ou os próprios oficiais de justiça poderiam solicitar a equiparação com os advogados do Estado, porque a exigência da sua admissão no serviço público por meio de concurso era o mesmo requisito do título de bacharel em direito.

O Sr. Marcos Isfer

V. Exa. concede um aparte?

(Assentimento)

Rapidamente, deputado José Maria, sei que há esse temor e essa foi a razão do veto, mas a bem da verdade é que a carreira de Oficial de Justiça é uma carreira bem definida em lei. Nós temos uma série de outras carreiras públicas em que se exige curso superior ou que se pede determinada exigência disciplinar ligada à matéria, ligada ao assunto.

Oficial de Justiça é aquele que leva as intimações, aquele que, normalmente, faz contato com a parte que vai ser representada e até mesmo com a parte do advogado, nada mais justo que seja um advogado, veja que diz “Bacharel em Direito” e não diz em momento algum

“advogado”, portanto, não requer a exigência de que tenha carteira da Ordem e esteja permitindo que seja advogado, que esteja exercendo a profissão da advocacia, deve ser bacharel, ou seja, ter uma formação, ter um conhecimento básico, isso seria a partir de agora para os próximos concursos de oficial de justiça.

Sei que V. Exa. está encaminhando, mas só gostaria, neste momento, para não ter que fazer outro pronunciamento, pedir à Casa, àqueles todos nossos companheiros que possam fazer com que essa carreira tenha um melhor disciplinamento. A idéia é essa dos oficiais de Justiça e eu gostaria que esse veto fosse derrubado, pois não acredito que isso vá ocorrer, uma vez que já a carreira do oficial de Justiça com valores pré-determinados, já há um mínimo previsto para a OAB para que um advogado perceba ou alguém que tenha sido bacharel em Direito perceba no cargo e o valor de oficial de Justiça corresponde a esse mínimo já da OAB.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Marcos Isfer, da forma com que está sendo encaminhada a votação em bloco, evidentemente que o inciso 3º do artigo 63 fará parte de outra série de encaminhamentos. Então, há necessidade de que se faça um requerimento para votar em separado. Caso contrário, estaria junto com esse bloco e aí teríamos outros interesses que seriam divergentes do que V. Exa. coloca, com todo respeito.

O quarto veto que será apreciado é com relação ao parágrafo 2º do artigo 132 que o *caput* assim se expressa: “para ser admitido ao concurso o candidato deverá preencher os requisitos do artigo 126 desse código. Parágrafo 2º - para o cargo de oficial de Justiça exigir-se-á ser bacharel em Direito formado por instituição de ensino de reconhecida competência”, a mesma citação do artigo 63, inclusive com uma colocação que diz que tem que ser formado por instituição de ensino.

Então, estaremos vetando, até porque estava em duplicidade, o artigo 132 com o artigo 63.

O quinto veto é do artigo 236, senhor presidente, senhores deputados. Inciso VIII, Fórum Regional da Lapa, compreendendo a sede e os distritos judiciários de Contenda, município do mesmo nome; Água Azul, município da Lapa; Catanduvás do Sul, município de Contenda. O governador, inclusive com uma aquiescência do Tribunal de Justiça, encaminhou o veto em função inclusive de mera posição administrativa. Teríamos dificuldades, segundo o próprio Judiciário, para que pudesse implementar esta disposição contida no projeto de lei encaminhado ao Executivo para ascensão.

Essas, senhor presidente e senhores deputados, seriam as razões do veto. Para este bloco de veto, pedimos para a sua manutenção em função das alegações já efetuadas.

Muito obrigado, senhor presidente, pelo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 064, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando destaque na votação da proposição ao veto nº 666/2004, no que se refere ao veto apostado ao artigo 261. **Aprovado.**

Requerimento nº 082-A, de autoria dos deputados Hermas Brandão e José Maria Ferreira, constante do expediente, solicitando destaque na votação da proposição ao veto nº 16/2004. Os vetos ao inciso V, VII, VIII e IX do artigo 288. Em votação. Os deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Em votação o Requerimento nº 001. Em se tratando de veto, os deputados votarão com a expressão “sim”. E para derrubar o veto, os deputados deverão votar com a expressão “não”. Peço ao senhor 1º secretário que proceda a chamada.

Antes, porém, para encaminhar a votação, deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, em nome da Liderança do Governo, estamos pedindo aos senhores deputados que mantenham o veto apostado pelo governador do Estado, porque se justifica pelas impropriedades contidas no texto desta lei. É uma solicitação que fazemos aos senhores deputados, às lideranças dos partidos que compõem a base e que dá sustentação política ao Governo do Estado, que orientem os senhores deputados que na expressão de voto secreto utilizem a expressão “SIM”, pela manutenção do veto apostado pelo governador do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada dos senhores deputados para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede à chamada nominal para votação).

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

49 (quarenta e nove) senhores deputados votaram. Solicito aos senhores deputados Antonio Anibelli, Felipe de Luca e Elio Rusch que façam o escrutínio dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

44, “sim”; 05 “não”.

Está mantido o veto nos incisos VI, parágrafo 2º do artigo 1º; parágrafo 2º, do artigo 37; parágrafo 3º, do artigo 63; parágrafo 2º, do artigo 132; inciso VIII, do artigo 236.

Requerimento nº 002 em votação. Da mesma forma, por se tratar de veto, votação será secreta. Lembrando que para manter o veto deverão votar com a expressão “SIM” e para derrubar a expressão “NÃO”.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Da mesma forma que os vetos apensados em forma de um requerimento na votação anterior. A respeito da modificação do código judiciário que estamos apreciando. Em nome da Liderança do Governo, solicito aos senhores deputados que dão apoio ao Governo do Estado do Paraná e aos demais deputados da Assembléia Legislativa para que mantenham o veto apensado pelo governador do Estado, porque disciplina o Código Judiciário de acordo com os princípios que estão emanados na Constituição Federal do nosso País. Então, incongruências que foram de alguma forma aprovadas por este Poder Legislativo, quando da aprovação do Código Judiciário no final do ano passado, incongruências essas que arranham a Constituição Federal estão sendo corrigidas pelo governador do Estado do Paraná o Sr. Roberto Requião.

Então, solicito que votem com a expressão “SIM” pela manutenção dos vetos apensados pelo governo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda a chamada nominal.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)
(Procede à chamada nominal).****O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

49 (quarenta e nove) senhores deputados votaram.

Solicito aos deputados Marcos Isfer, Bradock e Fernando Ribas Carli, para que procedam a escrutinação dos votos.

Quantos deputados votaram “SIM”?

19 (dezenove). Quantos deputados votaram “NÃO”?

Quantos deputados votaram em branco?

01 (um).

Está rejeitado o veto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, em primeiro lugar, para fazer um esclarecimento. Quando o deputado José Maria Ferreira, junto com outros deputados, organizaram os requerimentos para fazer a votação em separado, este artigo que foi vetado pelo governador do Estado, nº 261, ficou mais ou menos subentendido pela Liderança do Governo de que essa seria a 3ª votação e não a 2ª.

Porque na 1ª votação é um grupo de veto que estavam organizados numa votação. Na 2ª votação teríamos também um grupo de vetos que estariam organizados juntamente e, a 3ª e a 4ª votação seriam com dois artigos polêmicos e que deputados gostariam de manifestar a sua opinião a esses vetos apensados pelo governador do Estado, mantendo o veto. É o caso da deputada Elza Correia, de Londrina; é o caso do deputado José Maria Ferreira, de Ibiporã, também da região Norte do Estado, que

gostariam de ter se pronunciado além da Liderança do Governo, pela manutenção do veto, expondo os motivos pelos quais estavam enxergando o prejuízo que traria para organização do Judiciário na região de Londrina, sobretudo nos distritos.

Quero dizer que a Liderança do Governo deveria ter feito uma defesa diferente do que foi feita. Não para mudar o conteúdo da manifestação final, mas sim pela linha de argumentação que gostaríamos de ter podido ter o espaço e sustentar, porque queríamos que o veto fosse mantido no presente projeto de lei.

A deputada Elza e o deputado José Maria também gostariam de fazer a sua declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Na votação de nº 1, que foi o inciso VI, parágrafo 2º do artigo 1º; o parágrafo 2º do artigo 37; parágrafo 3º do artigo 63; parágrafo 2º do artigo 182 e inciso 8º do artigo 236. Este foi votado e foi mantido. Nessa votação foram 29 votos “não” e foi rejeitado o veto do artigo 261.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Gostaria de tornar público a esta Casa que é mais um artigo que vai acabar na própria justiça. Porque a própria lei no seu artigo 24 tem já essa definição.

Falamos, argumentamos, só que no voto, infelizmente, não vai. Mais uma vez teremos dificuldades para ser apreciado no Judiciário fora da Casa. Porque é uma questão de legalidade. A Lei nº 8935 já define essa questão no seu artigo 24. O governador está correto quando veta, no meu entendimento, e a Casa entendeu por bem fazer a avaliação diferente do veto do governador. Lamento.

Muito obrigado!

A SRA. ELZA CORREIA

Gostaria que ficasse consignado nesta Casa exatamente essa questão. Temos que acatar essa decisão, resultado da votação. Teremos problemas. Estava aguardando que o nosso líder do Governo fizesse a defesa da manutenção do veto, porque o governador está correto nesse veto.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Mas o líder fez.

A SRA. ELZA CORREIA

Não fez. Passou batido.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Gostaria de esclarecer o que tinha dito para a deputada Elza. Fiz a defesa para manutenção do veto achando que estávamos vetando outros artigos e não esse especificamente 261. Quando fosse desta votação, disse para a deputada Elza que eu faria as argumentações para que o veto fosse mantido. A confusão foi minha, porque quando o deputado José Maria Ferreira me trouxe a

seqüência dos vetos que seriam apreciados, estava na minha cabeça que esse veto 261 seria a terceira votação e não a segunda.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Gostaria de reiterar que a decisão é soberana. Entretanto, eu, como deputada que represento a região Norte do Paraná, tinha um compromisso aqui de manter o veto do governador, até porque sou da base de sustentação do governo. O governo está correto nesse veto. E criamos um problema grave, porque extinguímos a serventia distritais da Varta, Maravilha, Lerrovile, Paquerê, Guaravela, São Luís e Irerê.

Então, nesse sentido, a população da zona rural, que já é sacrificada, já é penalizada, passa a ser mais ainda. Não estamos aqui discutindo reserva de mercado, o texto é claro, nós votamos que essas serventias podem atender na sede da comarca de Londrina com extinção daqueles distritos judiciários.

Então, fiz aqui uma declaração de voto, votei pela manutenção do Veto, porque tenho que honrar o compromisso que tinha com a população da minha região e foi realmente uma confusão, acho que isso serve, senhor presidente, para que prestemos mais atenção do ponto de vista de discutirmos bem antes com a Liderança do Governo, com a Liderança dos nossos Partidos qual vai ser a nossa posição isonômica na hora da votação.

O SR. BARBOSA NETO

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Entendo que 90 ou 99% daqueles deputados e deputadas que estão nesta Casa entenderam perfeitamente qual era o veto que estava sendo apreciado, qual era o veto que estava em questão. Nós gostaríamos, inclusive, de saber qual foi essa confusão que não estamos entendendo, porque escutamos o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, com a sua experiência de terceiro mandato como deputado estadual defender aqui, pedir voto inclusive para base aliada para manutenção do veto.

Já que nós entramos inclusive no mérito da questão, quero dizer que esses cartórios distritais quando foram criados eram para atender a população de Londrina que estava na sua ampla maioria na zona rural. Hoje, quase 94% dessa população reside na cidade e não é justo criar uma reserva de mercado e não abrir a concorrência para que os cartórios que estavam na zona rural e hoje quase não tem motivo para estar lá, porque não tem serviço, não tem trabalho, de eles também poderem dividir esse filão rico que está hoje nas cidades. Além do mais, Londrina é hoje ligada em todos esses sete distritos por via asfáltica e a população tem com certeza condições de ser atendida nas cidades também.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o Requerimento nº 03, REQUER destaque na votação da proposição Veto nº 1604, os Vetos aos incisos 05, 07, 08 e 09 do Artigo 288.

Quero lembrar aos senhores deputados que para manter o veto deverão votar com a expressão “sim” e para derrubar o veto deverão votar com a expressão “não”.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Esse veto trata fundamentalmente de transferência dos distritos judiciários. Então, os itens vetados pelo governador do Estado são os que não obedecem ao rigor da Legislação, neste sentido nós encaminhamos à base aliada, aos Partidos e as lideranças que compõe a sustentação do Governo do Estado na Assembléia Legislativa e também fazemos um apelo aos deputados que compõem o Bloco Independente, o Bloco de Oposição para que se manifestem nessa votação pensando o voto com a expressão SIM mantendo o veto do governador do Estado Roberto Requião porque trata-se do aperfeiçoamento da distribuição judiciária no Estado do Paraná. Nesse sentido pedimos aos senhores deputados, mais uma vez reinteramos, a expressão SIM pela manifestação do veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito ao senhor 1º secretário que proceda à chamada nominal dos deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados)

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quarenta e nove senhores deputados votaram.

Solicito a deputada Elza Correia, do PMDB, ao deputado Miltinho Pupio, do PSDB e ao deputado Padre Paulo, do PT, para que ajudem no escrutínio por favor.

(Escrutínio)

Dezesseis (16), votaram SIM, trinta e três (33), com a expressão NÃO. Está rejeitado o veto sobre os incisos 5, 7, 8 e 9 do Artigo 288.

Em votação o veto ao Artigo 299 também alíneas A, B e C.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, este artigo talvez seja o artigo que mais confronte a Constituição Federal no nosso País, é o Artigo 299 e as alíneas enumeradas por V. Exa. Na realidade se trata que os detentores das serventias praticamente dispensem a prova de títulos e o concurso público para a remoção e a substituição das serventias vagas, isso na verdade traz um privilégio para os atuais detentores das serventias das escrivinhas do Poder Judiciário. O governador do Estado sabendo dessa distorção e em con-

formidade com a legislação do Governo Federal, da Constituição do nosso País, apensou o veto.

Para corrigir esta distorção nós pedimos o apoio de todos os deputados da Assembléia Legislativa para a manutenção deste veto porque no corpo desta legislação não podemos permitir esta irregularidade flagrante permanença porque se trata do Código Judiciário do Estado do Paraná.

Era isso, muito obrigado.

O SR. TADEU VENERI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, é apenas para lembrar conforme já falou o deputado Ângelo Vanhoni se o veto que foi apostado pelo governador não for mantido, ou seja se for derrubado o veto o projeto como um todo pode obviamente ser objeto de uma ação de inconstitucionalidade, isso quem diz não sou eu e sim a Associação dos Magistrados do Estado do Paraná que esteve aqui nesta Casa, fez diversas reuniões com os deputados.

A Ordem dos Advogados do Brasil já se manifestou e eu acredito que nós estaremos, ao manter o veto, prestando de fato um serviço ao Estado do Paraná porque este Código poderá vir a ser promulgado. Caso contrário nós não temos dúvidas que a partir do dia seguinte teremos diversas entidades com ações diretas de inconstitucionalidade. O que seria um absurdo, que a Assembléia Legislativa do Paraná mantivesse uma ilegalidade, uma inconstitucionalidade, conforme já foi dito, pelo líder do Governo. Por isso acho que devemos manter o veto, que é a única forma de termos uma justiça conforme já foi pedido anteriormente, rápida, ágil e que contente os paranaenses.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Estamos há anos buscando fazer com que o Paraná possa ser dotado de um instrumento através do Código de Organização Judiciária eficiente. Mas para que ele possa ser eficiente, ele precisa guardar respeito com o ordenamento jurídico. A nossa Constituição no seu artigo 236 trata justamente dessa questão e estabelece o seguinte: (Lê artigo 236, parágrafo 1º, 2º). Aqui temos a Lei nº 10506 que regula esta questão e ela guarda a mesma consonância com o parágrafo 3º do artigo 236 (Lê parágrafo 3º do artigo 236). O que estamos analisando no veto do senhor governador através do artigo 299? Especialmente chamaria a atenção para a letra “A”, letra “B” do artigo 299,”... que a designação perdure por 2 anos ou mais”. Ora, o parágrafo 3º da Constituição Federal através do seu artigo 236 estabelece que não poderá ficar vaga por mais de 6 meses.

Agora, o código de organização judiciária do Paraná confrontando com o Artigo 236 está estabelecendo que a designação perdure por 2 anos ou mais. Ora, é um afronto sem par a própria Constituição Federal. E também nesse aspecto vai contra à própria Lei nº 10506

que está de acordo com o artigo 236 da Constituição Federal.

Portanto o nosso voto, voto pela legalidade, pela consonância, com o ordenamento jurídico, ele precisa ser “sim” de acordo com o veto. Porque caso contrário estaremos cometendo mais uma heresia jurídica, aqui, quando estamos aprovando justamente a organização judiciária do Estado do Paraná. Se não, senhores deputados, senhoras deputadas votar sim, porque é o voto da legalidade, da constitucionalidade e do respeito a Constituição Federal.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (Para Encaminhar)

É no sentido de apelar a Assembléia para que respeite a norma da Constituição Federal e o princípio do nosso governador da modernização administrativa e cartorial do País. Já passou de muito o tempo previsto por Tobias Barreto na crônica do escrivão analfabeto. O Brasil do escrivão analfabeto já está sepulto nas calendas. O governador Requião tem razão e muito e inclusive na sua coragem, porque se nos faltar a coragem, não são necessárias nenhuma das outras virtudes, o que nos pede o governador Requião é a modernidade do Paraná. A modernidade do Paraná pede a coragem de nós derrubarmos os privilégios.

Hoje a Assembléia sacrificou os distritos do Norte do Paraná em nome da manutenção de privilégios. Agora, o que se pede, é a consagração do princípio do concurso público que já foi inserida no país no tempo do presidente Getúlio Vargas. O presidente Getúlio Vargas que só consentiu nomear - sem concurso público, os dois netos do Barão do Rio Branco. Disse que nomeava um porque ele nos deu o território de Palmas, alargando o Brasil, tomando um pedaço do Brasil da Argentina.

E o outro porque o Barão do Rio Branco nos deu o Acre, alargando o território do Brasil na disputa com a Bolívia. E depois, ninguém mais, dizia o Getúlio, se nomeie sem concurso público.

Ora, já vão mais de 50 anos desde a morte do Getúlio. E agora há alguém, aqui, pelo jeito há muitos aqui, querendo votar contra o princípio do concurso público. O Requião tem razão nesse veto. E peço o voto pela modernidade, contra o princípio já derrubado e denunciado por Tobias Barreto há mais de 150 anos do Brasil dos cartórios, dos escrivães analfabetos. Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para encaminhar com a palavra o deputado Hermas Brandão.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Eu só não posso aceitar as palavras do nosso ilustre deputado Rafael Greca, que nós temos como serventuários, - porque é minha classe e tenho orgulho de pertencer há 43 anos, lá na minha querida cidade de

Andirá, que nós temos serventuários que não têm conhecimento nenhum. Não existe, deputado Rafael Greca, qualquer serventuário no Estado do Paraná sem concurso público. Mesmo esses que estão respondendo, V. Exa. pode ler a Lei aqui, é mediante concurso público.

Só quero deixar essa colocação. Não poderia ouvir uma ofensa à minha classe e me calar. Desculpe.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Requerimento nº 081, de autoria da senhora deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas. **Aprovado.**

Solicito ao 1º Secretário que procede à chamada nominal dos senhores deputados.

É feita a chamada nominal.

Solicito para fazer o escrutínio dos votos os deputados Geraldo Cartário, Jocelito Canto e Hermas da Fonseca.

Quantos deputados votaram SIM? Quinze.

Quantos deputados votaram NÃO? Trinta e Quatro.

Está **derrubado** o veto.

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/2004, veto apostado ao Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o inciso XIII, do artigo nº 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. COM O PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC nº 003/2004

Curitiba, 04 de fevereiro de 2004.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 398/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público), visando retirar a figura do Procurador de Justiça, da exigência constitucional de residir na comarca de lotação, ou seja, no local da sede da Procuradoria Geral de Justiça.

O projeto de lei complementar em referência não mereceu acolhimento em face de sua clara e indiscutível inconstitucionalidade, porque afronta o preceito contido

no parágrafo 2º, do artigo 129, da Carta Magna Federal, segundo o qual: “As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação”.

Ainda, perante normas da Constituição Estadual, fere frontalmente o artigo 119, que estabelece: “As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação”.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO - VETO Nº 018/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, objeto de veto do governador, altera o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 085, que estabeleceu a Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.02.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Quero manifestar o entendimento da Liderança do Governo, em conversas com o autor do projeto e também por conhecimento da matéria, de que a base, os deputados que compõem os partidos que dão sustentação política ao governo do Estado, que apensou o veto a este projeto, está liberada para proceder de acordo com sua consciência, expressando o voto “SIM” ou “NÃO” neste veto apensado pelo governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Solicito ao senhor 1º Secretário para que proceda a chamada dos senhores deputados para votação. Lembremos que os deputados que desejarem manter o veto, votarão com a expressão “SIM” e os deputados que desejarem derrubar o veto, votarão com a expressão “NÃO”.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nelson Tureck**)

(Procede à chamada nominal dos senhores deputados).

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta e nove deputados votaram.

Solicito aos deputados Ademir Bier, Luciana Rafagnin e Litro para nos ajudar no escrutínio da votação.

(Procede-se o escrutínio dos votos)

(Termina escrutínio dos votos)

SIM, 13.

NÃO, 35.

NULO, 01.

Está derrubado o veto.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuários da Estrada Gávea-AAEG, com sede e foro no município de Pérola. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18.02.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 041/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Cleiton Kielse, “declara de Utilidade Pública a Associação dos Agropecuaristas da Estrada Gávea - AAEG, com sede e foro no município de Pérola”.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação a arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2003, de 31.03.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 158/2003

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná, em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação a arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional, tendo em vista que visa dar maior publicidade aos atos do Estado, obedecendo ao princípio previsto no artigo 37 da Constituição Federal:

“Art. 37 - A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência em também ao seguinte:”.

A maior publicidade da arrecadação do Estado cumpre com o princípio da publicidade e permite ao cidadão acompanhar a gestão fiscal do Poder Executivo.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 158/2003

O artigo 6º do Projeto de Lei nº 158/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, passa a vigorar a seguinte redação:

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 158/2003

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Governo do Estado do Paraná em prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através de faturas de energia elétrica e água.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parece favorável, com emenda.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende este

relator analisando a matéria que tal propositura irá proporcionar uma maior transparência no trato das contas de arrecadação pública, permitindo aos paranaenses acompanhar a gestão fiscal do Poder Executivo e, conseqüentemente a discriminação do valor repassado mensalmente da cota parte do município relativo ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e Fundo de Participação dos Municípios, Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.

Desta forma, não encontramos nada que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

ANDRÉ VARGAS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do município de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro na comarca de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 387/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 387/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 347/2003, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 048/2003, de 16/06/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 347/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.12.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre Licença Especial Remunerada para fins de Aposentadoria. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 093/2003, de 10/11/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 667/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, tem por desígnio alterar a Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre Licença Especial Remunerada para Fins de Aposentadoria.

A justificativa que dá azo à convocação em lei do projeto ora sopesado exalta a preocupação de se primar pela celeridade quando da tramitação do pedido de aposentadoria junto ao órgão público competente.

Assim sendo, diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo ressaltar que encontra guarida no artigo 66 da Carta Magna Estadual.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 667/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 667/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, altera a redação da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, dispondo sobre Licença Especial Remunerada para Fins de Aposentadoria.

A iniciativa da proposição, nos termos do artigo 66, inciso II, da Constituição do Estado do Paraná, é privativa do governador do Estado.

A matéria traz a preocupação com os servidores que solicitam a respectiva aposentadoria e o processamento dos dados supera os sessenta dias legalmente instituídos para a tramitação e concessão de aposentadoria.

O problema de vício de origem não foi levantado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Em relação ao mérito, é indiscutível o benefício para os servidores públicos com a aprovação dessa matéria.

Isto posto, no âmbito da competência da Comissão de Finanças, que é análise de mérito, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 667/2003.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 08

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 107/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior, que propõe o estabelecimento de prazo para cumprimento de pedidos efetuados junto ao Instituto Ambiental do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003).**

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
INDICAÇÃO Nº 107/2003

A presente Indicação, de autoria do deputado Artagão Júnior, sugere ao governador do Estado e ao secretário de Estado do Meio Ambiente o estabelecimento de prazo de 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por igual período em casos de matéria de maior complexidade, para o cumprimento de pedidos efetuados junto ao Instituto Ambiental do Paraná.

Tal proposição visa determinar um prazo para que o IAP responda os pedidos administrativos e consultas formuladas pelos cidadãos e por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Sugerindo, ao final, a reparação de danos causados ao solicitante, em decorrência do não atendimento ao pedido administrativo, propondo, também, a imposição de penalidades aos servidores que derem causa ao atraso sem justo motivo.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso XXXIII que “todos têm direito a receber informações dos órgãos públicos, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo em geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do estado”.

Extraí-se do referido artigo que todos os cidadãos têm direito de obter informações dos órgãos públicos em prazo determinado, sujeitando-se em caso do seu descumprimento a pena de responsabilidade.

Desta feita, visando impedir que os cidadãos sejam prejudicados devido a demora nas respostas e, em decorrência do princípio constitucional de acesso às informações públicas bem como do princípio da publicidade, esta comissão entende ser razoável o prazo de 60 dias para que sejam prestadas as informações pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Diante do exposto, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente não encontrou nenhum óbice à sua regular tramitação. Sendo assim, a Comissão apresenta parecer favorável à presente indicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2003.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente
PADRE PAULO CAMPOS - Relator

ITEM 09

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 126/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que sugere a reativação do contrato de transporte ferroviário com a Empresa Cimento Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **(Publ. no DA nº 097/2003, de 18.11.2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
INDICAÇÃO Nº 126/2003

P A R E C E R :

Parecer à Indicação nº 126/2003, de autoria do deputado Vanderlei Iensen, que sugere a reativação do contrato de transporte ferroviário com a empresa Cimento Paraná.

A referida Indicação, de autoria do nobre deputado Vanderlei Iensen, que pede urgência na reativação do contrato de Transporte Ferroviário com a ALL - América Latina Logística e a empresa paranaense Cimento Paraná, vem ao encontro das perspectivas atuais da população que busca ver um governo empreendedor na geração de empregos e que aponta para o crescimento econômico. Toda iniciativa que visa o Crescimento e Desenvolvimento do Estado do Paraná recebe desta Comissão louvor e apoio. Enaltecendo o interesse e a preocupação do nobre deputado, posicionando-se favoravelmente à indicação tão justa.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator
Em votação.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Para Discutir**)
(**Assentimento**)

Eu solicitei para discutir, portanto, adia-se na forma regimental. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

É projeto, deputado. O senhor quer encaminhar?

O SR. NEIVO BERARDIN

Desculpe. Posso encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

O senhor quer encaminhar? Se não houver necessidade, nós já votamos.

O SR. NEIVO BERARDIN

Senhor presidente, senhores deputados, o que o projeto pretende é viabilizar uma linha de trem que corta a APA do Rio Verde. Essa linha de trem é inviável, porque ali é uma APA, é uma área, uma região de preservação ambiental. Por isso quero manifestar meu voto contrário ao referido projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em votação.

Os senhores deputados que são favoráveis permaneçam como estão.

Aprovado, com voto contrário do deputado Neivo Berardin.

Sobre a Mesa, Requerimentos nºs 029 a 034, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 048, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 049, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 052, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 053, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 054, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 065 a 068 e 074, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 069 a 072, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 073, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado**. (**A matéria acha-se publicada**).

Requerimento nº 075, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 076, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 078, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 077, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Retirado pelo autor**.

Requerimento nº 079, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Retirado pelo autor**.

Requerimento nº 082, de autoria do deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 080, de autoria dos deputados Jocelito Canto, Doutor Luciano, Luiz Carlos Martins, José Maria Ferreira e demais senhores deputados, constante do expediente. **À Comissão Executiva**.

Requerimento nº 055, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, eu fiz um requerimento com assinatura da maioria dos senhores deputados, inclusive de V. Exa., eu não sei porque não foi lido neste momento mas eu gostaria de ter lido aqui no Plenário até porque eu acho que nós estamos aqui aprovando o plano de cargos e salários dos professores, depois do carnaval vem aí o aumento dos secretários de Estado.

Nós estamos regularizando todas as situações funcionais do Estado e eu gostaria de pedir em nome de todos os deputados aqui, nós sabemos da boa vontade do nosso presidente, e aproveitando o espírito vitorioso que ele está hoje, espírito de competência aqui desta Casa, que aproveitasse o dia de hoje que é um dia de muita alegria aqui, que o nosso presidente aproveitasse para definir a questão do plano de cargos e salários aqui da nossa Casa, da Assembléia.

Nós arrumamos a vida de todo mundo, tudo que vem para cá a gente faz, a gente discute, não tem hora, não tem jeton, não tem nada mas eu queria pedir, em

nome de todos os deputados aqui, para ler a súmula do requerimento.

(Assentimento do presidente).

“Requer que seja colocado em votação o plano de cargos e salários dos funcionários desta Casa.”

Eu acho que é uma reivindicação tão antiga, nós estamos resolvendo os problemas dos professores de muitos anos e eu tenho certeza que é uma questão de justiça aqui para os funcionários desta Casa que nos assessoram, que nos ajudam, sem eles não somos ninguém aqui.

Queria pedir ao nosso presidente. Presidente, aproveitando este espírito vitorioso que V. Exa. está hoje, mostrando acima de tudo a sua liderança nesta Casa e a liderança se conquista exatamente pela força de cada um dos funcionários desta Casa, eu pediria a V. Exa., com a assinatura da maioria, todos os deputados que estão aqui no Plenário assinaram que este plano de cargos e salários fosse encaminhado. Vamos fazer a lição de Casa, vamos cuidar dos nossos servidores aqui, vamos discutir, vamos começar a discussão, onde der para chegar porque eu acho que nossos funcionários aqui que nos ajudam diariamente precisam deste plano de cargos e salários.

Tenho certeza, senhor presidente, hoje que o senhor está num dia de glória, vai atender o pedido dos seus colegas aqui que nunca lhe faltam quando o senhor necessita, pode ter certeza disso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

A Mesa não leu o requerimento porque já foi encaminhado à Comissão Executiva.

O SR. HERMAS BRANDÃO (Pela Ordem)

Só para responder ao meu amigo deputado Jocelito Canto e aos demais deputados: o plano de cargos e salários da Assembléia está concluído, é que nós estamos aguardando o retorno do governador Requião, para estabelecer o subteto aqui no Estado. Não foi ainda trazido para discussão em Plenário é justamente porque temos que estabelecer o subtotal, eu não posso estabelecer o subteto sem o Executivo estabelecer.

Então estamos aguardando e posteriormente, com certeza, daremos essa resposta aos nossos excelentes funcionários.

A SRA. ELZA CORREIA (Pela Ordem)

Eu fico extremamente satisfeita com esta colocação do nosso presidente, esta é a expectativa de todos nós aqui da Casa.

Eu queria, com muito pesar, anunciar aos nossos colegas e companheiros que certamente haviam de conhecer o jornalista Estélio Feldmann, de Londrina, 40 anos, um grande jornalista, ético, competente, conhecido em todo Paraná e em todo Brasil.

Estélio Feldmann faleceu hoje. Esta tarde receberia um título de cidadão honorário na Câmara de Vereadores de Londrina, mas infelizmente nesta tarde ele fez seu passamento.

Queria aqui manifestar o meu pesar e também, com certeza, o pesar da Casa e principalmente dos companheiros da região, José Maria, Barbosa Neto, Durval Amaral, André Vargas que conheciam muito bem esse grande companheiro que perdemos na tarde de hoje.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Associo-me à deputada Elza Correia nas homenagens que prestamos a um grande jornalista que teve o Paraná.

Hoje teve o seu passamento, um homem de uma visão brilhante, compreendia a alma paranaense, sabia se colocar tanto do ponto de vista da literatura, da economia, da questão da institucionalidade. Tinha a visão do contexto geral da nossa sociedade. Estélio foi um dos homens que desde a minha juventude aprendi a respeitar e a admirar pelo que ele fazia com as letras, a forma como ele transferia os conceitos, os valores, as posições. Estélio foi um homem que influenciou toda uma geração de jovens de 70, 70 e poucos. Infelizmente, amanhã quando ele estaria recebendo um título junto com o J. De Oliveira, junto com o Windsor, estaria recebendo um título lhe homenageando pelo trabalho prestado ao Estado do Paraná, hoje fomos surpreendidos com seu passamento.

Amanhã em nome de todos os parlamentares poderíamos subscrever um requerimento de pêsames à família de Estélio. Londrina perde um grande talento e as letras do Paraná junto com o jornalismo perde um grande nome e uma grande figura humana que foi Estélio.

Muito obrigado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Deve estar sobre a mesa o voto de pesar do nosso jornalista e querido amigo Estélio. Convido a todos os deputados, especialmente os deputados da região, a assinarem pelo pesar que esta Casa manifesta pelo falecimento de tão nobre figura.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Conforme requerimento aprovado logo que termine esta Sessão começamos a Sessão do dia de amanhã antecipando para hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 574, 674 e 710/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 089, 094, 115 e 125/2003.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DURVAL AMARAL EM SESSÃO DO DIA 18 DE FEVEREIRO DE 2004.

“Chamem o Collor

MADRI - pela linha de argumentação adotada pelo ministro José Dirceu e pelo presidente do PT, José Genoíno, entre outros, ocorreu-me uma sugestão: por que não aproveitar Fernando Collor de Mello no governo Lula?

Afinal, Collor foi condenado (pelo Congresso) por falta de decoro, crime que os petistas agora cometem a cada segundo, e seu caso também aconteceu antes do

governo Lula. Enquadra-se, portanto, à perfeição na desavergonhada linha de defesa adotada pelo ‘new PT’.

A quem eles pensam que enganam?

O fato de a maracutaia flagrada ter sido anterior ao início do governo Lula não impede que:

I - Um trambiqueiro de mão cheia tenha sido chamado para trabalhar no palácio do governo, ao lado do ‘capitão’ do time, para reproduzir uma das muitas medíocres metáforas do presidente.

2 - Se suspeite de que a coleta criminososa de fundos para campanhas eleitorais possa ter beneficiado também o PT nacional, ou mais exatamente a campanha do próprio Lula.

3 - Se se flagrou uma maracutaia, bem pode ter havido duas, três, cem, mil, antes e durante o governo Lula, o que só se saberá com uma investigação ampla, geral e irrestrita, coisa que só CPI’s se têm mostrado aptas a desencadear.

Uma segunda linha de defesa é acusar José Serra de responsável não se sabe bem se pelas gravações ou pela divulgação delas. Pois bem: ainda que Serra tivesse em pessoa perseguido o trambiqueiro da Casa Civil com a sua própria câmera e, depois, tivesse levado a fita no seu carro à revista Época, e daí? O crime de Waldomiro Diniz desapareceria? Ficaria menor? O PT estaria inocentado?

Não. Ninguém teve o despudor supremo de negar os fatos. O que importa é apurá-los, em vez de ficar inventando sandices e sem-vergonhices para desviar a atenção. Cada vez que um petista abre a boca para falar do caso, só cai mais lama sobre o próprio partido e o seu governo”.